



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE PERNAMBUCO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA
GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

RODRIGO NUNES DE OLIVEIRA

**RUÍNAS ABANDONADAS: UMA ANÁLISE IMAGÉTICA SOBRE O
PROCESSO DE DEGRADAÇÃO DO FORTE DO BURACO - RECIFE, PE.**

Recife

2022

RODRIGO NUNES DE OLIVEIRA

**RUÍNAS ABANDONADAS: UMA ANÁLISE IMAGÉTICA SOBRE O
PROCESSO DE DEGRADAÇÃO DO FORTE DO BURACO - RECIFE, PE.**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em
Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco,
como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau
de Bacharel em Arqueologia.

Orientador: Prof.^a Ricardo Pinto de Medeiros

Recife

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo
autor, através do programa de geração
automática do SIB/UFPE

Oliveira, Rodrigo Nunes de.

Ruínas abandonadas: uma análise imagética sobre o processo de degradação
do Forte do Buraco - Recife, PE / Rodrigo Nunes de Oliveira. - Recife, 2022.
107 p. : il.

Orientador(a): Ricardo Pinto de Medeiros

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Arqueologia -
Bacharelado, 2022.

1. Arqueologia. 2. Fortificações. 3. Ruínas. 4. Degradação. 5. Patrimônio. I.
Medeiros, Ricardo Pinto de. (Orientação). II. Título.

980 CDD (22.ed.)

AGRADECIMENTOS

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO:

Durante o período colonial brasileiro, foram erguidas centenas de unidades de defesa ao longo do território, com variados formatos, materiais e funções, sob diferentes bandeiras e obedecendo ao poder vigente sobre o local onde estavam localizadas. Com o passar dos anos, elas foram reformadas, reconstruídas, abandonadas, demolidas e, hoje, algumas se encontram em estado de ruína arqueológica, transformando-se num documento materializado do passado humano, ainda que não sejam vistas e valorizadas como um patrimônio. A pesquisa objetiva colocar em evidência as ruínas arqueológicas do Forte do Buraco, construção portuguesa do séc. XVIII edificada no istmo entre Recife e Olinda, onde antes houvera unidade de defesa holandesa, a partir de uma análise imagética acerca de sua degradação estrutural e de um levantamento sobre os fatores causadores do arruinamento, além de discutir as responsabilidades institucionais que permitiram e permitem que o bem arqueológico esteja, ainda hoje, abandonado e invisível aos olhos da sociedade.

Palavras-chave: Arqueologia, Fortificações, Ruínas, Degradação, Patrimônio.

ABSTRACT:

During the Brazilian colonial period, hundreds of defense units were built throughout the territory, with different formats, materials and functions, under different flags, obeying the prevailing power about the places where they were located. Over the years, they were renovated, rebuilt, abandoned, demolished and, today, some are in a state of archaeological ruin, becoming a materialized document of the human past, although they are not seen and valued as a heritage. The research aims to highlight the archaeological ruins of Forte do Buraco, a Portuguese construction of the 18th century built on the isthmus between Recife and Olinda, where there used to be a Dutch defense unit, based on an imagery analysis of its structural degradation and a survey of the factors that caused the ruin, in addition to discussing the institutional responsibilities that allowed and allow that the archaeological asset is, even today, abandoned and invisible to the eyes of society.

Keywords: Archeology, Fortifications, Ruins, Degradation, Heritage.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Mapa do Recife e Cidade Maurícia	p. 15
Figura 02: Forte do Buraco em recorte do mapa	p. 15
Figura 03: Pintura com vista do istmo no séc. XVII	p. 17
Figura 04: Forte do Buraco em detalhe da pintura	p. 18
Figura 05: Planta do Forte do Buraco de 1763	p. 28
Figura 06: Estrutura em detalhe na planta	p. 29
Figura 07: Meios-baluartes em detalhe na planta	p. 30
Figura 08: Parte frontal do Forte do Buraco em 1933	p. 31
Figura 09: Parte frontal do Forte do Buraco na década de 1930	p. 32
Figura 10: Blocos desmoronados do Forte do Buraco	p. 33
Figura 11: Parte frontal do Forte do Buraco em 1939	p. 33
Figura 12: Detalhe do arco de entrada e blocos laterais	p. 34
Figura 13: Coluna de entrada com numeração de blocos	p. 35
Figura 14: Coluna de entrada com numeração de blocos	p. 36
Figura 15: Entrada do forte com numeração de blocos	p. 37
Figura 16: Área de trânsito e vista exterior do forte nos anos 1940	p. 38
Figura 17: Área de trânsito e vista exterior do forte em 2022	p. 39
Figura 18: Vegetação e teto do corredor de entrada do forte em 2022	p. 40
Figura 19: Área de trânsito do forte em 2022	p. 41
Figura 20: Entrada dos alojamentos internos remanescentes	p. 42
Figura 21: Área de trânsito e entrada das antigas Cadeia e Casa de Artilharia	p. 42
Figura 22: Pátio interno e sobrado superior do forte em 1939	p. 43
Figura 23: Interior da antiga Casa de Artilharia em 2022	p. 44
Figura 24: Sobreposições construtivas na entrada da Casa de Artilharia	p. 45
Figura 25: Momentos construtivos na entrada da antiga Cadeia	p. 46

Figura 26: Casa de Pólvora e rampa nos anos 1940	p. 47
Figura 27: Entrada da Casa de Pólvora em 2022	p. 48
Figura 28: Base em tijolos da parede de um dos quartéis	p. 49
Figura 29: Rampa, murada e área de um dos quartéis	p. 50
Figura 30: Rampa a partir do piso superior	p. 51
Figura 31: Detalhe do piso do andar superior	p. 52
Figura 32: Piso superior, sobrado e meio-baluarde sul em 1912	p. 53
Figura 33: Sobrado e setor sul da estrutura em 1920	p. 54
Figura 34: Acomodações internas servindo de moradia em 1939	p. 55
Figura 35: Paredes internas da casa do Comandante (sobrado) em 1939	p. 56
Figura 36: Área da casa do Comandante (sobrado) em 2020	p. 57
Figura 37: Trecho do parapeito em alvenaria de tijolos	p. 57
Figura 38: Panorama frontal do forte em 1916	p. 58
Figura 39: Cortina frontal e meio-baluarde norte em 1939	p. 59
Figura 40: Remanescente do meio-baluarde norte em 2020	p. 60
Figura 41: Lateral do meio-baluarde norte e blocos demolidos nos anos 1950	p. 60
Figura 42: Meio-baluarde norte com ausência de blocos	p. 61
Figura 43: Face norte e meio-vértice em 1912	p. 62
Figura 44: Terrapleno e meio-vértice norte em 1939	p. 63
Figura 45: Muralha externa norte e trecho do meio-vértice	p. 64
Figura 46: Remanescente edificado do meio-vértice	p. 65
Figura 47: Trecho rompido do meio-vértice norte	p. 65
Figura 48: Detalhe interno da muralha do meio-vértice norte	p. 66
Figura 49: Panorama dos setores leste e sul do Forte do Buraco em 1920	p. 67
Figura 50: Panorama dos setores leste e sul do Forte do Buraco em 1938	p. 68
Figura 51: Ruínas da muralha norte e da contra muralha leste nos anos 1940	p. 69
Figura 52: Vestígios de tijolos históricos no entorno das ruínas	p. 70

Figura 53: Estrutura construtiva recente na área do forte	p. 71
Figura 54: Estrutura construtiva recente na área do forte	p. 72
Figura 55: Aspecto atual da enseada de atracação do lado leste das ruínas	p. 73
Figura 56: Estrutura do forte cercada pelas águas na década de 1910	p. 75
Figura 57: Istmo no início do séc. XX com trilhos e a Cruz do Patrão	p. 76
Figura 58: Obras de expansão do porto do Recife na década de 1970	p. 77
Figura 59: Vista aérea do forte com enrocamento e molhe nos anos 1940	p. 78
Figura 60: Trilhos entre as estruturas remanescentes do setor leste do forte	p. 79
Figura 61: Casa de Pólvora do forte usada como moradia nos anos 1940	p. 82
Figura 62: Obras de construção do ancoradouro em 1955	p. 83
Figura 63: Demolição da muralha leste em 1953	p. 83
Figura 64: Demolição do parapeito sobre o meio-vértice norte	p. 83
Figura 65: Demolição do parapeito da cortina frontal em 1953	p. 85
Figura 66: Desmonte do flanco do meio-baluarte sul em 1953	p. 85
Figura 67: Panorama frontal das ruínas do Forte do Buraco em 1932	p. 86
Figura 68: Panorama frontal das ruínas do Forte do Buraco em 1988	p. 87
Figura 69: Simulação da situação construtiva do forte em 1763	p. 90
Figura 70: Simulação dos remanescentes construtivos do forte em 1920	p. 91
Figura 71: Simulação dos remanescentes construtivos do forte em 2022	p. 91
Figura 72: Tomada aérea da região do Forte do Buraco em 1996	p. 93
Figura 73: Tomada aérea da região do Forte do Buraco em 2020	p. 93
Figura 74: Simulação com os atuais limites de visualização das ruínas	p. 94

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. O FORTE DO BURACO.....	14
3. UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR PARA A CONSTRUÇÃO DA EXPECTATIVA ARQUEOLÓGICA.....	22
4. ANÁLISE IMAGÉTICA DO PROCESSO DE ARRUINAMENTO DA EDIFICAÇÃO DO SÉC. XVIII.....	28
5. FATORES QUE OCASIONARAM OU INTENSIFICARAM A DEGRADAÇÃO DO FORTE DO BURACO.....	73
6. LEGISLAÇÃO E RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS NA PROTEÇÃO DAS RUÍNAS DO FORTE DO BURACO.....	95
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	105

1. INTRODUÇÃO

Durante o período colonial no Brasil houve épocas de tensões no território nacional, especialmente no Nordeste. Palco de diversos conflitos, a região conviveu ao longo do tempo com invasões estrangeiras oficiais, ações de pirataria, revoltas populares e repressão governamental. Como consequência, uma sucessão de elementos militares defensivos como trincheiras, redutos, fortes, hornaveques, fortins, praças-fortes, paliçadas e baterias passaram a fazer parte da paisagem. Demolidos, ampliados ou remodelados para garantir a manutenção dos objetivos do poder vigente, esses monumentos de defesa guardam um pedaço da história do que fomos ou do que almejávamos ser.

A importância das unidades de defesa para a história de Pernambuco pode ser mensurada pelo fato de ser esse o estado com o maior número de fortificações por quilometro de costa em toda a história do Brasil¹. Embora muitas dessas construções tenham sido completamente arruinadas, um reduzido número resistiu à passagem do tempo e à ação dos homens e permanecem tesas na paisagem urbana, algumas até reconhecidas como marcos territoriais e recebendo ressignificação por sua sociedade, como o Forte das Cinco Pontas, em Recife.

No entanto, um terceiro grupo pode ser classificado em uma categoria diferente: estão *vivos* e *mortos* ao mesmo tempo. Vivos porque ainda edificadas em algum grau. Mortos, pois tiveram apagadas as suas histórias, sua presença não mais dialoga com a urbe, sua relevância patrimonial e memórias não são percebidas, estão desconectadas do grupo social a qual pertence. A partir desse momento, elas deixam o contexto sistêmico e passam a integrar o contexto arqueológico; guardiãs de informações sobre o comportamento no passado, transformam-se em resquícios arqueológicos².

Compreendida a Arqueologia como o estudo dos grupos humanos, em seus mais diversos aspectos, através de sua cultura material³, situando-a em contexto histórico e social, sua vertente dirigida ao desenvolvimento interpretativo da sociedade através da cultura material associada às fontes escritas e orais que, no Brasil, foram resultantes da expansão do sistema colonial europeu na América, é nomeada *arqueologia histórica*⁴.

Com seus próprios métodos e técnicas, esse ramo da arqueologia consolidou-se não somente como a ferramenta capaz de colocar em perspectiva todas as interpretações acerca do conjunto material estudado, confirmando, renovando ou refutando os documentos e preenchendo os vácuos da escrita, mas, principalmente, como um

¹ CASTRO, Adler Homero Fonseca de. **Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro**: Fortificações do Brasil, 1504-2006. Vol. 3. Rio de Janeiro, Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2015, p. 20.

² SCHIFFER, M. apud: SALADINO, Alejandra; PEREIRA, Rodrigo. Arqueologia histórica. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

³ NAJJAR, Rosana. **Arqueologia Histórica: manual**. Brasília: IPHAN, 2005.

⁴ ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia de unidades de defesa. IN: SOARES, Fernanda Codevilla. **Arqueologia das Fortificações: perspectivas**. Florianópolis: Lagoa, 2015. p. 9.

instrumento para revelar aspectos ideológicos e sócio-políticos que incidiram sobre a própria sociedade e que, por conseguinte, moldaram a visão sobre os vestígios em si.

Em meio a engenhos, igrejas, casarios e palacetes dos novos núcleos urbanos, estavam as fortificações, obra de defesa primordial para a segurança econômica e social do lugar. No entanto, enquanto edificações militares, elas viram sua importância gradativamente reduzida a partir do séc. XIX, com o desenvolvimento da artilharia e de novas formas de combate e do manejo de tropas. Após intervenções de restauração em suas estruturas, assumiram outras funções dentro do contexto urbano e cultural das cidades, como sede de serviços governamentais ou museus, ou foram mantidas como espaço de ocupação militar burocrática. Um terceiro grupo de fortificações, todavia, foi abandonado por razões diversas.

O estudo do processo de arruinamento de uma fortificação é capaz de revelar não somente o desgaste arquitetônico e o ônus estrutural geral pelo qual o bem passou, como possibilita o conhecimento sobre a conjuntura de fatores que agiram para se chegar àquela realidade. Contextos culturais, históricos, ambientais, urbanos, todos dialogam em maior ou menor grau para explicar o motivo de uma construção ter sido preterida, perdendo não só a sua simbologia e a lógica de existir em determinada época, mas também seus possíveis novos valores enquanto monumento depositário de um passado.

No Brasil, os primeiros estudos que continham pareceres mais aprofundados sobre o estado dos bens patrimoniais, com o olhar preservacionista, remontam às décadas de 1930 e 1940. Sob o contexto da criação do SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1938, foi realizado um levantamento dos monumentos e obras que forjavam o espírito nacionalista e a construção do ideário de Estado, resultando na catalogação e descrição da situação de bens edificados no país.

Nos anos 1960 e 1970, no esteio da difusão da prática da arqueologia histórica no Brasil, análises da situação física de bens patrimoniais estiveram presentes em publicações sobre projetos de restauração, introduzindo a prática das pesquisas arqueológicas precedendo esse tipo de intervenção, sobretudo em igrejas e fortificações, como a obra da Igreja de Nossa Senhora da Graça, em Olinda-PE, em 1974, a primeira restauração realizada no Brasil precedida por uma pesquisa arqueológica⁵.

A análise de degradação de um patrimônio edificado pode servir a um projeto de restauração ou de escavação, a um estudo de patologias ou a um inventário patrimonial, pode ainda ser parte de um levantamento sobre as técnicas construtivas. Pode ser motivada, por exemplo, por um estudo de viabilidade para uma contenção do arruinamento ou, aglutinando aspectos do conhecimento arqueológico, histórico e arquitetônico, conjecturar sobre os fatores que agiram danosamente sobre o bem ao longo do tempo. Este último exemplo é o mote inicial deste trabalho.

⁵ ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia de unidades de defesa. IN: SOARES, Fernanda Codevilla. **Arqueologia das Fortificações: perspectivas**. Florianópolis: Lagoa, 2015. p, 10.

No entanto, para atingir idealmente os propósitos definidos, a pesquisa precisou considerar o maior número de elementos que transitam ao redor do objeto de estudo, sob risco de, desconsiderando as suas singularidades, comprometer seu objetivo. Por isso, no caso do Forte do Buraco, para realização de um estudo de viés arqueológico, procurou-se considerar não somente a composição estrutural da unidade de defesa, mas também sua dinâmica de ocupação e uso, a funcionalidade enquanto edificação ativa, toda a cadeia de novos significados acerca do seu local, além das intenções dos governos e a relação do bem com a sociedade ao longo do tempo.

Como o Forte do Buraco, edificação portuguesa do séc. XVIII erguida no istmo entre Recife e Olinda, onde antes houvera uma unidade de defensiva holandesa, teve a maior parte de sua deterioração estrutural ocorrida entre o fim do séc. XIX e a primeira metade do séc. XX, até se encontrar no estado atual, este trabalho não poderia prescindir de seu apelo imagético histórico, fazendo do acervo entre as décadas de 1910 e 1950, referentes ao forte, cujas imagens referentes ao forte contemplam muitos trechos de sua estrutura que inexistem atualmente, um importante aliado na reconstituição de suas feições originais para a tentativa de atingimento dos objetivos propostos.

O desenvolvimento da fotografia, na virada do século XIX para o XX, conquistou adeptos curiosos pela nova tecnologia. Apesar de ser, na época, uma prática de etapas complexas e de elevado custo, e por isso restrita a pequenos grupos, registrar imageticamente paisagens, acontecimentos, pessoas, lugares, construções, passou a fazer parte da atividade social dos grupos humanos. Amadoristicamente ou profissional, essa prática possibilitou o surgimento de um acervo que, ao longo das décadas, passou a servir aos múltiplos segmentos e instituições sociais, como governos, setores militares e academia, assumindo um caráter documental histórico e fornecendo aos pesquisadores das mais diversas áreas um instrumento para embasamento de suas análises.

Para ciências que dialogam com bens edificados, como a arqueologia e a arquitetura, a fotografia se mostrou um valioso aliado no aprofundamento de questões como a identificação da descaracterização, percepção do nível de arruinamento, estudo dos materiais construtivos, da mudança de utilização social, da evolução paisagística do entorno, entrou outros temas.

Esses registros nos ajudam a entender os processos históricos que incidiram sobre nosso patrimônio edificado, se eles foram eleitos ou esquecidos, modificados ou preservados, louvados ou abandonados. Nas áreas densamente povoadas, onde o ritmo do desenvolvimento urbano promove mudanças repentinas, acelerando o processo de invisibilidade dos patrimônios e apagando memórias, o acervo imagético se mantém como um guardião da memória histórica sobre o tempo.

A intenção deste trabalho é construir um panorama sobre as ruínas arqueológicas do Forte do Buraco, estruturas remanescentes da construção portuguesa do séc. XVIII edificada no istmo entre Recife e Olinda, mediante uma análise imagética acerca de sua degradação estrutural e dos fatores causadores da mesma, além de discutir as

responsabilidades institucionais que permitiram e permitem que o bem esteja, ainda hoje, abandonado e invisível aos olhos da sociedade.

O trabalho justifica-se pela necessidade trazer à vista da academia e da sociedade em geral um patrimônio histórico e arqueológico que remonta ao processo de formação social, cultural e política do Recife enquanto lugar. Objetiva, portanto, externar, em caráter de denúncia, o seu abandono e a necessidade de reflexão sobre o tratamento dado aos nossos bens e, por conseguinte, nossa memória. Almeja, por fim, contribuir na elaboração de futuros projetos que, realizando qualquer tipo de pesquisa arqueológica nas ruínas do citado bem, promovam a sua valorização, reconhecimento e proteção.

Para atingir o objetivo do trabalho, foram consultadas fontes escritas e iconográficas. Uma das obras de referência foi o livro “Fortes de Pernambuco – imagens do passado e do presente”, de Marcos Albuquerque, Velda Lucena e Doris Walmsley, publicado em 1999. Nele está o mais completo levantamento das fortificações presentes em solo pernambucano, com a apresentação de dados técnicos, breve resumo histórico e relato sobre a atualidade das unidades de defesa, complementado com fotografias da época que atestavam o estado de conservação nos últimos anos do séc. XX. Com a descrição pormenorizada de fortes, fortins, trincheiras, redutos, estâncias e baterias, a obra oferece elucidativa análise sobre o objeto deste trabalho, o Forte do Buraco.

Este trabalho objetiva promover uma atualização sobre a situação estrutural de degradação das ruínas do Forte do Buraco, passados mais de vinte anos da análise feita por Albuquerque, Lucena e Walmsley em 1999. Para além dessa atualização, está o intento de realizar um panorama do contexto histórico, econômico e social ligados à existência da fortificação, além de um levantamento sobre os fatores responsáveis pelo seu arruinamento. Por fim, é sugerida uma discussão sobre o papel institucional dos governos e órgãos de proteção patrimonial aos bens.

Outra obra de destaque neste trabalho é “Arquitetura Militar: um panorama histórico a partir do Porto de Santos” de Victor Hugo Mori, Carlos Alberto Cerqueira Lemos e Adler H. Fonseca de Castro, que pormenoriza características das principais fases das técnicas construtivas das estruturas defensivas e suas mudanças ao longo do tempo, mudanças essas que influenciaram o seu contexto construtivo em território brasileiro, inclusive, do Forte do Buraco, no início do séc. XVIII.

Para embasar o direcionamento da análise e do trabalho como um todo, pela escolha de seus critérios de investigação, a pesquisa foi construída procurando assimilar o conceito de *expectativa arqueológica*, difundido por Albuquerque (2015), que visa o preenchimento de determinados requisitos do conhecimento que transitem por entre o objeto arqueológico, a fim de se ter um maior aprimoramento na elaboração de uma pesquisa e, conseqüentemente, obter um melhor resultado na execução do trabalho arqueológico como um todo.

A pesquisa divide-se em sete capítulos. O capítulo 2 realiza um levantamento sobre a história da fortificação desde os momentos anteriores à construção, com um panorama do contexto histórico, econômico e social que a fez surgir, complementando o sistema defensivo da região, elencando as principais características de seu formato inicial, sob a bandeira holandesa. Explana sobre a transição para o modelo construtivo adotado pelos portugueses, suas funções ao longo do séc. XIX, o tombamento e destombamento patrimonial do forte no séc. XX e sua permanência até os tempos atuais, resistindo enquanto ruína arqueológica.

O capítulo 3 desenvolve o conceito de *expectativa arqueológica*, explanado por Albuquerque (2015) e utilizado aqui como norteador das análises propostas no trabalho, tanto de deterioração estrutural do bem, como dos aspectos orbitais referentes ao Forte do Buraco. Apresenta a linha evolutiva e os conceitos das tendências arquitetônicas militares vigentes na época da construção do forte, bem como dos momentos anteriores e posteriores, e apresenta a metodologia elaborada para a realização da pesquisa.

No capítulo 4 é realizada a análise da degradação do forte, a partir de uma prévia explanação da sua planta, com a separação por áreas específicas da estrutura e a apresentação setORIZADA dos sucessivos registros imagéticos do passado e do presente, entremeados pelo levantamento acerca da situação das ruínas arqueológicas, observadas *in loco*.

No capítulo 5 são evidenciados alguns fatores que ocasionaram ou agravaram o processo de arruinamento do Forte do Buraco, como fatores ambientais, ações governamentais, alterações da paisagem e a expansão urbana ao longo dos séculos. O capítulo 6 discute a legislação e a responsabilidade institucional de guarda e proteção das ruínas, com o levantamento histórico da proteção legal ao patrimônio no Brasil e o relato da dinâmica do processo do novo tombamento das ruínas do Forte do Buraco.

No capítulo 7 são feitas as considerações finais sobre os resultados da análise e o alcance dos objetivos do trabalho, com conclusões acerca da responsabilidade pelo estado atual do sítio. São apresentadas sugestões para promover a integração das ruínas do Forte do Buraco com a memória histórica da cidade, para que possa existir o seu reconhecimento enquanto patrimônio, e de projetos de pesquisas arqueológicas voltados para o bem. Na sequência, está a listagem das referências bibliográficas consultadas para a realização deste trabalho.

2. O FORTE DO BURACO

À descida da vila de Olinda, estabelecida em 1535 na parte mais alta de um extenso morro, segue-se um prolongamento de terras ao sul, um extenso caminho de areia tendo em suas laterais a presença de um rio e do oceano atlântico e em seu extremo sul, o encontro dos dois. Em boa parte deste istmo estão muralhas naturais, arrecifes de arenito, que suavizam o movimento das marés. No séc. XVI foi o local ideal para estabelecimento de um ponto de reparo das embarcações, bem como para abrigar galpões de açúcar, madeira e outros gêneros coloniais de exportação com os quais se carregavam as grandes embarcações atracadas na região de mar aberto denominada de *O Poço*, dividindo espaço com o pequeno grupo de pescadores e oficiais da ribeira que haviam se estabelecido no pontal do istmo, no entorno da capela dedicada a São Pedro Gonçalves Telmo, também conhecida como Capela de Santelmo ou Ermida do Corpo Santo⁶.

Na medida em que a produção de açúcar crescia, o então porto da vila de Olinda viu seu movimento aumentar, com navios desembarcando carregamentos importados e levando outros tantos da capitania, chegando a registrar uma média anual de 45 embarcações, por volta do ano de 1580⁷. Surgiram novos armazéns e residências para habitação de seus trabalhadores, além de comerciantes, religiosos, escravizados e todo o contingente que transitava entre Olinda e o porto, agora parte fundamental do desenvolvimento comercial da capitania.

No entanto, a opulência comercial e social não fazia jus ao sistema de defesa da Capitania. Para proteger o local de possíveis inimigos e garantir o escoamento portuário da produção dos engenhos, havia somente duas fortificações: o Forte de São Jorge, construído em 1590, e o Forte de São Francisco da Barra, concluído em 1612, edificado sobre os arrecifes, na entrada da barra. Em 1629, já sabendo dos planos de invasão por parte da WIC (Companhia das Índias Ocidentais), Matias de Albuquerque encomendou a construção de uma terceira fortificação, próxima ao Forte de São Jorge, chamada de Diogo Paes, que faria a triangulação com os dois fortes já existentes. Todavia, teve apenas iniciada sua obra quando o ataque holandês sobre as terras pernambucanas se consolidou, em fevereiro de 1630⁸.

Após a invasão, os holandeses começam uma verdadeira força-tarefa para reforçar o frágil sistema defensivo da Capitania, levantando em curto tempo vários redutos e fortes em pontos estratégicos como a área da entrada da barra, os locais de água potável e a barreta dos afogados, que dava acesso ao interior da região. Ainda em 1630, sobre as bases do inacabado Forte Diogo Paes, surge o Forte Bruyn (Forte do

⁶ SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851, p. 56-57.

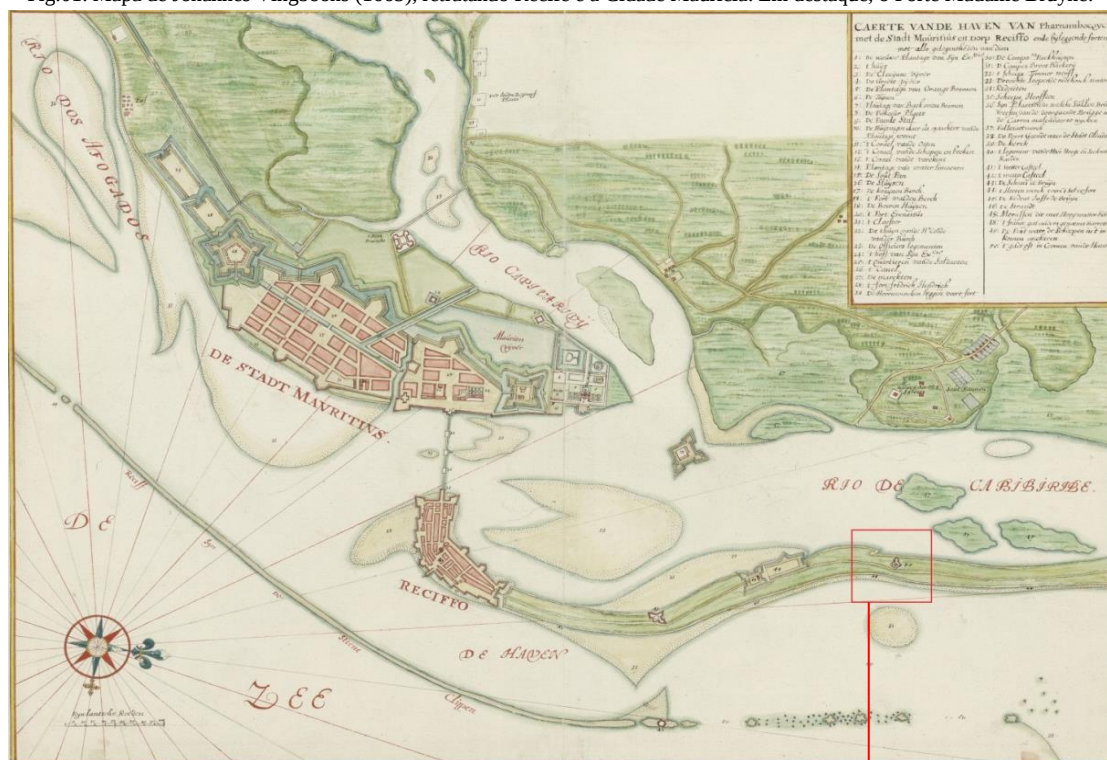
⁷ PEREIRA DA COSTA, F. A. **Anais Pernambucanos: 1591-1634. Vol. II**. Recife, Arquivo Público Estadual, 1952, p. 115.

⁸ MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa – (o caso da capitania de Pernambuco – 1654-1701)**. Recife: UFPE, Tese de Mestrado, 2006, p. 49-50.

Brum, em corruptela do nome original), que recebeu um hornaveque no ano seguinte. Na ilha de Antônio Vaz foi edificado o Forte Ernesto (Schans Ernestus) e o Forte Frederick Hendrick e, entre eles, foi levantado um grande hornaveque, mais tarde expandido para a construção da cidade projetada que, em conjunto com o Recife, formaram a Cidade Maurícia (Stadt Maurícia). Em fevereiro de 1631, na confluência dos rios Beberibe e Capibaribe foi construído o Forte Waerdenburgh (Schans Waredenbij)⁹.

Nesse contexto defensivo, em junho de 1631, sob as coordenadas de latitude 008° 02' 28,3" sul e longitude 034° 52' 04,0" oeste, começou a ser erguida a segunda fortificação holandesa sobre o solo do istmo, o Forte Madame Bruyne (Schans Juffrouw de Bruyne), projetado pelo engenheiro da WIC Andreas Drewisch, ao norte do Forte do Brum e a meio caminho entre a Vila de Olinda e o Povoado dos arrecifes, cruzando tiros com o Brum e garantindo maior segurança na passagem pelo istmo¹⁰ (Fig. 01 e 02).

Fig.01. Mapa de Johannes Vingboons (1665), retratando Recife e a Cidade Maurícia. Em destaque, o Forte Madame Bruyne.



Fonte: Cidade Maurícia – Wikipédia.

Fig. 02. Detalhe do forte.



⁹ MIRANDA, op. cit., p. 53-57.

¹⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves de. 1976. Apud MIRANDA, op. cit., p. 54.

Chamado originalmente de *Domina Brunonis*, em homenagem a esposa de Theodoro Waerden, presidente do Conselho Holandês, a fortificação recebeu informalmente outras denominações ao longo do tempo, como *Reduto*, *Madame Bruyne*, *Forte de Santo Antônio dos Coqueiros*, *Forte de Santo Antônio do Buraco*, em homenagem ao santo de invocação de sua capela, ou, simplesmente, *Forte do Buraco*, seu nome mais conhecido e já usado pelos próprios holandeses no inventário deixado em 1654, pela proximidade com a região no continente denominada *Buraco de Santiago*, atual Tacaruna¹¹.

A função da unidade de defesa seria dar mais segurança aos holandeses, vítimas de regulares emboscadas quando transitavam pela área do istmo, inclusive para buscar matéria-prima com a qual construiriam as fortificações, e apoiar a proteção da entrada da barra junto com outros redutos próximos como o Forte do Brum, mais ao sul, e o Forte de São Francisco da Barra ou Forte do Picão, mais a leste. Ficou então o Forte do Buraco guarnecido por 1 capitão, 1 sargento, 1 chefe dos artilheiros, 10 soldados fuzileiros, 2 soldados artilheiros e 12 peças de variados calibres¹².

O material empregado na construção do Forte Madame Bruyne foi a terra, faxina (espécie de graveto) e taipa, tipo de material mais comum em fortificações holandesas no Brasil. Apesar de dispender gastos com frequentes manutenções, principalmente por estar próximo de água, esse tipo de material era de fácil obtenção, muitas vezes retirado do próprio fosso escavado, possibilitando rapidez na construção da unidade de defesa. Por cima da taipa, a estrutura recebia um revestimento de lodo¹³.

Por fim, o uso da terra na construção de unidades de defesa tinha a vantagem de não demandar mão de obra especializada e de amortecer melhor o impacto de um projétil, sem causar grandes danos estruturais como seria no caso de uma muralha de pedra que se desprenderia em várias lascas, podendo até atingir os próprios defensores¹⁴.

Nos seus primórdios, o Forte do Buraco, também chamado *Forte da Torre* ou o *Reduto*, era rodeado por uma paliçada de madeira e estava guarnecido com duas peças de bronze¹⁵. Maurício de Nassau, comentado sobre o estado do Forte do Brum em 1638, cita a finalidade do Reduto do Buraco em suas origens:

"Adiante do Castelo de São Jorge, sobre a praia de areia que vai ter à cidade de Olinda, está o forte de Bruyne. Há diante dele um hornaveque que

¹¹ PEREIRA DA COSTA, F. A. **Anais Pernambucanos: 1591-1634. Vol. II.** Recife, Arquivo Público Estadual, 1952, p. 571.

¹² ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda; WALMSLEY, Doris. **Fortes de Pernambuco.** Imagens do passado e do presente. Recife: Graftorre, 1999, p. 74.

¹³ MENEZES, José Luiz da Mota; RODRIGUES, Maria do Rosário Rosa. **Fortificações Portuguesas no Nordeste do Brasil, séculos XVI, XVIII e XVIII.** Recife: Pool Editorial, 1986, p. 27.

¹⁴ MELO NETO, Ulysses Pernambucano de. **O Forte das Cinco Pontas – Um trabalho de Arqueologia Histórica aplicado à restauração do monumento.** Coleção Monumentos do Recife, 1983.

¹⁵ BARLÊU, Gaspar. **História do Brasil sob o governo de Maurício de Nassau (1636-1648).** Recife: Cepe, 2018, p. 202.

está um tanto estragado. A tiro de mosquete deste hornaveque fica um reduto que serve de guarda-avançada."¹⁶

Os redutos eram locais que funcionavam como pequenas guaritas de apoio aos fortes maiores, formando um caminho de segurança em áreas antes desguarnecidas para o trânsito das tropas e da população em geral, como uma extensão de vigilância. No caminho entre o Forte das Cinco Pontas e o Forte Príncipe Guilherme (Prins Wilhelm), foram edificadas os redutos Kat e Kijk in de Pot, e, para além do Forte Prins Wilhelm, foi levantado o reduto Amélia (Amelioc)¹⁷.

Na pintura de Gillis Peters, datada de 1639 (Fig. 03), podemos ver o Forte do Buraco retratado em segundo plano, além de termos uma visão geral da paisagem e da movimentação entre Recife e Olinda.

Fig. 03. Vista do Recife e arredores a partir de Olinda, em pintura de Gillis Peters (1639). Em destaque, o Forte do Buraco.



Fonte: RKD – Instituto Holandês de História da Arte.

Enquanto embarcações aguardam ancoradas no porto, pessoas e animais transitam sobre as ruínas de Olinda, em primeiro plano, o Forte do Buraco aparece como primeira construção ao nível do mar, após a descida da Vila, com transeuntes

¹⁶ Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas no Brasil, pelos holandeses, 14 de janeiro de 1638 por NASSAU-SIEGEN, J. Maurice; DUSSEN, Adriaen Van der; KEULLEN, Mathijs Van. Documento 6. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para a História do Brasil Holandês**. 1. A Economia Açucareira. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes - MEC/SPHAN/Fundação Pró-Memória, 1981, pg. 73-125.

¹⁷ MIRANDA, op. cit., p. 71-72.

sobre o istmo, tendo em sequência o Forte do Brum, seu hornaveque, o Forte de São Jorge, o povoado do Recife, a Cidade Maurícia na Ilha de Antônio Vaz e a Boa Vista, com pequenas ilhas e montes ao fundo.

Embora não considere os distanciamentos reais entre as fortificações, talvez para retratação em maiores detalhes do sistema de defesa e da paisagem como um todo, o detalhe da pintura de Peters (Fig. 04) revela o aproveitamento de algumas características da escola holandesa de fortificação, como o uso da faxina e da paliçada de madeira, ainda que ausentes outras características, como o flanco e o fosso aquático.

A unidade de defesa tem o formato de um polígono quadrangular regular, com a bandeira holandesa tremulando junto a uma construção central, no centro do pátio interno, cuja parte superior exibe telhado em duas águas e chaminé, além de uma construção retangular alongada na área externa, ao sul da fortificação, com telhado e cerca de oito aberturas.

Fig. 04. Forte do Buraco em detalhe na pintura de Peters (1639).



Fonte: RKD – Instituto Holandês de História da Arte.

A paliçada – alinhamento de estacas de madeira que serve como barreira defensiva, não segue um distanciamento homogêneo em relação à muralha, se aproximando e se distanciando em vértices, formando ângulos pontiagudos e um maior espaço para trânsito entre a cerca e a muralha. No trecho leste da paliçada, voltado para o mar, vê-se o que parece ser uma entrada pela cerca de madeira; provavelmente existia outra, voltada para o rio. Voltadas para Olinda, duas guaritas defendem o lado norte da fortificação, conectadas entre si pela murada superior que circunda o sobrado. A muralha do forte apresenta coloração escurecida e tem uma inclinação angular com relação à sua base.

Observando as referências ao Forte do Buraco ao longo do séc. XVII, é comum ser ele citado como um *Reduto*, *guarita*, *fortim* ou *fortezinho*, o que reforça a ideia de um local de dimensões modestas. No entanto, em poucos anos, ele começou a ser reestruturado para melhor servir aos interesses da defesa da barra. Em 1640, menos de uma década após a sua construção, há um relato feito por Dussen indicando uma remodelação de sua estrutura para comportar um maior número de soldados e munição e, assim, garantir maior segurança aos moradores de Olinda e ao porto do Recife frente aos possíveis ataques inimigos.

(...) a um tiro longo de mosquete daí [do forte de Bruyne], está situado um reduto chamado de Madame de Bruyn, com uma boa paliçada em volta e no qual estão 2 peçazinhas forjadas, de bronze, de 6 libras. O fortzinho, que fica ao sul da cidade de Olinda está sendo reparado, de modo a comportar 15 a 20 homens de guarnição, com 4 a 5 canhões de ferro, de modo a que sirva de refúgio para a burguesia de Olinda no caso de ataque de campanhistas¹⁸.

Em janeiro de 1654 algumas estruturas de defesa holandesas foram atacadas pelas tropas luso-brasileiras, numa ação coordenada que, em poucos dias, tomou os fortes de Soutpan (Salinas), Prins Wilhelm (Príncipe Guilherme) e dois redutos (Kijk in de Pot e Kat). Como dispunham de poucos recursos humanos e materiais, os holandeses adotaram a estratégia de realojamento de forças, deslocando tropas e armamentos de outras praças para reforço dos fortes considerados estratégicos. Com essa ação de aglutinação, alguns pontos precisaram ser abandonados e um deles foi o Forte do Buraco¹⁹.

Após a capitulação holandesa em 1654, em tratativas com a Coroa Portuguesa sobre a necessidade de reformas do sistema defensivo local, bastante avariado após as batalhas travadas, o Mestre de Campo e General Barreto de Meneses sugere a pedra e a cal como material construtivo na recuperação dos fortes, substituindo a taipa e a terra usada pelos holandeses, que precisariam de constantes manutenções, elevando os gastos da Coroa²⁰.

O Forte do Buraco foi então ocupado pelos portugueses e coberto com pedras. O formato quadrangular da fortificação durou até o início do séc. XVIII, pois, entre 1703 e 1705, ele foi totalmente reconstruído em alvenaria de pedra. Seu traçado tinha o formato de um polígono quadrangular regular com quatro meios-baluartes nos vértices²¹.

¹⁸ Relatório sobre o estado das Capitanias conquistadas no Brasil, redigido pelo senhor Adriaen van der Dussen, datado de 10 de dezembro de 1639 e apresentado ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdam em 4 de abril de 1640. Documento 6. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para a História do Brasil Holandês**. 1. A Economia Açucareira. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes - MEC/SPHAN/Fundação Pró-Memória, 1981, pg. 131-232.

¹⁹ MIRANDA, op. cit., p. 67-72.

²⁰ Ibid., p. 67-72.

²¹ GARRIDO, Carlos Miguez. **Fortificações do Brasil**. Separata do Vol. III dos Subsídios para a História Marítima do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940, p. 140.

A construção ganhou ainda dois meio-vértices e alojamentos internos para a tropa. A sugestão de Barreto de Menezes foi acatada, sendo adotada a argamassa de cal para rejuntar as muralhas em pedra, formando um conjunto construtivo mais resistente às chuvas de vento dos invernos rigorosos das áreas tropicais²².

O Forte do Buraco permaneceu ativo durante o séc. XIX, sendo usado para aglutinação de tropas de repressão ou defesa dos movimentos revoltosos que eclodiram em Pernambuco, como a Confederação do Equador, em 1824²³. Em outro movimento de revolta de poucos anos depois, a Abrilada, de 1832, houve o confronto direto entre os vizinhos fortes do Brum e do Buraco²⁴.

Outros reparos foram feitos na estrutura em 1863, quando se realizou o aumento de sua artilharia em 23 peças, e em 1883, este último ao custo de 2:066\$666 réis²⁵. Apesar da reforma recente, foi classificado em fins do séc. XIX como fortificação de 2ª classe ou ordem, assim como o Forte do Brum e o Forte de Tamandaré²⁶. Desocupado militarmente em 1893 por ordem do governo federal, não mais recebeu reparos, tendo a sua decadência estrutural acentuada nos primeiros anos do século XX.

Em 1938 o Forte do Buraco foi tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão criado no ano anterior e posteriormente renomeado como IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). No entanto, em 1953 teve iniciada sua demolição por solicitação do ministro da Marinha, em virtude do plano de construção do 3º Distrito Naval, uma base militar que seria instalada no istmo entre Recife e Olinda.

Apesar da interrupção da demolição algumas semanas depois de iniciada, o forte teve sua inscrição cancelada no livro de Tombo em 1955 e a demolição foi retomada em 1958, com aproveitamento do material demolido na ampliação do porto do Recife, além da construção de um ancoradouro na porção leste do areal, que seria utilizado para reparo de navios. A obra da base naval em Recife foi posteriormente abandonada, sendo transferida para a cidade de Natal, RN.

Em junho de 2000 o tombamento das ruínas do Forte do Buraco foi recomendado pela 22ª Reunião do Conselho do IPHAN, registrado no Processo nº 1351-T/95²⁷. Em 2017 foi finalizado seu processo de tombamento federal e em 2019 o MPPE (Ministério Público de Pernambuco) recomendou à Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) o tombamento do Forte do Buraco em

²² ALBUQUERQUE; LUCENA; WALMSLEY, op. cit., p. 78.

²³ PEREIRA DA COSTA, F. A. **Anais Pernambucanos: 1824-1833. Vol. IX.** Recife, Arquivo Público Estadual, 1965, p. 101.

²⁴ Ibid., p. 473-476. Relata Pereira da Costa que o movimento da Abrilada, eclodido no Recife em abril de 1832, exigia o retorno de D. Pedro I ao trono, após o mesmo ter abdicado. Nesta revolta, a tropa instalada no Forte do Buraco, formada por 30 praças do batalhão e estudantes de Direito de Olinda, abriu fogo contra o Forte do Brum, então nas mãos dos revoltosos pró-retorno do imperador. A peleja durou dois dias, até a capitulação do Forte do Brum.

²⁵ GARRIDO, op. cit., p. 140.

²⁶ PEREIRA DA COSTA, F. A. **Anais Pernambucanos: 1795-1817. Vol. VII.** Recife, Arquivo Público Estadual, 1958, p. 262.

²⁷ IPHAN. Ata da 22ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, 08/06/2000.

nível estadual, para que o mesmo fosse também protegido pelo Poder Público do Estado.

3. UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR PARA A CONSTRUÇÃO DA EXPECTATIVA ARQUEOLÓGICA

O desenvolvimento da prática histórica dentro da arqueologia permite-nos atingir novos parâmetros acerca da investigação da cultura material. A partir do momento em que a Arqueologia se consolidou como ciência, seus praticantes passaram a atentar não somente para seu passado mais remoto, mas também para toda a carga material mais próxima da contemporaneidade, que viabilizasse a interpretação da sociedade a partir dos remanescentes da cultura material do período da expansão marítima europeia.

A atualidade das tendências em pesquisas na área da arqueologia histórica, segundo Albuquerque (2015), aponta para a especialização quanto aos objetos de estudo, numa necessidade de entender, por exemplo, as peculiaridades de cada unidade funcional edificada, seja ela uma igreja, um forte, um engenho, ou outro elemento semelhante. Numa época em que a disponibilidade dos recursos técnicos reduz as barreiras de conhecimentos científicos isolados, usar a abordagem interdisciplinar e, ao mesmo tempo, tentar convergir os elementos oriundos de todas as ciências que sejam comuns ao objeto estudado, se coloca como o caminho mais profícuo para atingir o grau de excelência em uma pesquisa²⁸.

Nesse sentido, Albuquerque (2015) apresenta o conceito de *expectativa arqueológica*, que pode ser definida como a perspectiva gerada pela reunião do máximo de informações das mais diversas áreas que dialoguem com o bem arqueológico estudado, obtendo assim, um alinhamento de dados e criando um panorama fundamentado que deverá nortear a linha condutora de qualquer pesquisa de cunho arqueológico. No caso da expectativa para pesquisas nas unidades de defesa, Albuquerque destaca a necessidade de que se estabeleça um movimento que parta do geral para o particular, ou seja, do rol de informações macro sobre sua existência enquanto componente de um conjunto edificado, para o mínimo, as particularidades inerentes ao bem em si.

Inseridos na parte mais abrangente da pesquisa, estão tarefas como situar-se sobre o estado da estrutura que se pretende estudar (preservada, abandonada, desaparecida, com ou sem memória coletiva, sobreposta por outra unidade defensiva ou por nova ocupação, retrabalhada por agentes naturais) e inserir o objeto de estudo no contexto histórico através da documentação histórica e da iconografia. Nesse momento, é gerada a primeira expectativa arqueológica, com a identificação de problemas e a formulação de hipóteses²⁹.

Aprofundando a parte do levantamento histórico, o autor sugere a compreensão de alguns fatores para domínio maior sobre o objeto e substanciar a expectativa

²⁸ ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia de unidades de defesa. IN: SOARES, Fernanda Codevilla. **Arqueologia das Fortificações: perspectivas**. Florianópolis: Lagoa, 2015. p, 12.

²⁹ Ibid., p. 12-16.

arqueológica. Destaca-se o conhecimento sobre a tendência construtiva da época; saber se houve troca de bandeira e como ocorreu; os períodos de abandono da posição, o que a unidade defendia e qual o inimigo em potencial. Deve-se também considerar a familiaridade com termos usuais da arquitetura das unidades defensivas, em especial, das fortificações, e na própria hierarquia militar, além do conhecimento das escolas e princípios teóricos de fortificar. Aspectos do conceito geoarqueológico e paisagístico devem ser levados em conta na agregação de conhecimento para a pesquisa, exemplificado nas relações do objeto de estudo com o relevo, a rede hidrográfica e a cobertura vegetal³⁰.

A validade do conceito de expectativa está na promoção da flexibilidade, pois ele pode alterar-se constantemente, na medida em que se torna realidade o contato com novas fontes documentais e, sobretudo, com o próprio material arqueológico e o ambiente no qual o bem está inserido. Uma visita ao bem pode confirmar a hipótese formulada ou inserir novos elementos na sua construção.

Seguindo a linha condutora proposta por Albuquerque ao se estudar edificações de defesa dentro do contexto da arqueologia histórica, o aprofundamento do conhecimento sobre a escola construtiva nos leva ao panorama arquitetônico militar vigente na época, que pode explicar tanto a radicalidade da reformulação do objeto de estudo deste trabalho, o Forte do Buraco, quanto o abandono militar a que foi submetido no fim do séc. XIX.

O desenvolvimento tecnológico modificou os conceitos de engenharia bélica, a arquitetura militar e a própria função dos fortes no tempo, obrigando-as à adaptação considerando os aspectos para melhor proteção e ataque. Como construção portuguesa do séc. XVIII, o Forte do Buraco obedecia a certos parâmetros de arquitetura militar. Antes desse momento, no entanto, as fortificações militares haviam atravessado outros períodos arquitetônicos.

Conforme colocam Mori, Lemos e Castro (2003), a primeira fase desse estilo construtivo foi a chamada *cortina vertical*, que recebeu esse nome em referência às altas muralhas que cercavam as fortalezas, com o intuito de defender as tropas da artilharia lançada de curto alcance e pouco poder de destruição, reunidas sob o estudo da neurobalística, ciência dos armamentos cujas forças propulsoras eram resultantes de flexão ou torção³¹.

Esse estilo de fortificação atingiu seu auge na época medieval, entre os séculos XIII ao XV. Os combates das tropas que eram travados mais em contato direto dos oponentes e menos entre o manancial bélico das estruturas. O estilo ainda encontrou eco tardio em pelo menos uma fortificação em solo pernambucano, o Forte de São Jorge,

³⁰ Ibid., p. 18-26.

³¹ MORI, Victor Hugo; LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira; CASTRO, Adler H. Fonseca de. **Arquitetura Militar**: um panorama histórico a partir do Porto de Santos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2003, p. 17-19.

logo descartado pela sua forma ultrapassada, e também pelo desgaste derivado do bombardeio holandês.

A segunda fase de difusão do estilo arquitetônico das fortificações foi denominada fase da *cortina horizontal*. Essa etapa, surgida na Itália, no início do séc. XVI, almejava criar uma maior resistência estrutural ante a grande novidade bélica daquele tempo: os canhões à base de pólvora. Os avanços tecnológicos da artilharia exigiam, além das novas angulações defensivas, muralhas mais baixas, extensas e grossas para resistir ao advento da propulsão à pólvora³². É a época do cálculo de trajetórias dos projéteis de propulsão à pólvora, a pirobalística, e os ângulos e vértices passaram a ter uma importância estratégica na proteção dos postos, culminando com o advento de estruturas mais sinuosas nos vértices das unidades edificadas, os baluartes.

Se a primeira forma do Forte do Buraco, enquanto edificação holandesa erguida em 1632, guardava características como formato quadrangular e muralhas altas, na reconstrução portuguesa foram seguidas as diretrizes dos arquitetos italianos na adequação. Permitindo uma melhor defesa ao proporcionar o cruzamento de fogo entre seus defensores, o baluarte fez da estrutura do Forte do Buraco no séc. XVIII um dos primeiros exemplos em Pernambuco da renovação arquitetônica mundial.

A fase seguinte, em voga no séc. XIX, contemporânea ao último momento de integridade estrutural do Forte do Buraco, seria a dos fortes camuflados ou localizados em regiões subterrâneas para fugir dos ataques aéreos e da precisão da artilharia de longa distância, num sistema que ficou conhecido como ‘cortinas invisíveis’³³.

Posteriormente, esse modelo arquitetônico também foi superado, o que pode explicar em parte o desinteresse militar e o gradual abandono das fortificações a partir do final do séc. XIX. Finalmente, o século XX evidenciou o declínio do modelo de defesa territorial baseado nos fortes abaluartados. A evolução da artilharia, o desenvolvimento do automóvel e da aviação, as novas táticas de movimentação das tropas, todas essas características acabaram por tornar obsoletas as grandes construções estáticas onde se confinavam tropas e canhões³⁴.

De bandeiras adversárias, o antigo reduto quadrangular holandês reergue-se como o então contemporâneo forte abaluartado português num intervalo de pouco mais de 80 anos. Observando a importância do lugar pela eleição de técnicas e estilos construtivos distintos, tem-se o caminho arquitetônico aberto para formulação das perguntas necessárias e para tentar extrair o entendimento de sua dinâmica enquanto patrimônio arqueológico.

A metodologia da pesquisa foi construída visando à conexão entre três polos: o levantamento de documentação escrita (bibliografia), o levantamento de documentação iconográfica (mapas, pinturas, fotos) e as visitas ao local das ruínas. Almejava assim, a

³² Ibid., p. 54.

³³ Ibid., p. 20-26.

³⁴ CASTRO, 2016, op. cit., p. 4-5.

construção de uma perspectiva interdisciplinar que garantisse solidez e maior grau de veracidade possível ao bloco de informações obtidas.

A documentação escrita baseou-se primordialmente em livros, teses, artigos, atas, decretos de lei e matérias jornalísticas para embasar tanto o levantamento histórico sobre o forte como a visão da imprensa e da sociedade em geral sobre o bem ao longo das décadas. As fontes escritas serviram também como norteadoras da discussão sobre legislação patrimonial, com ênfase no processo específico acerca do retombamento das ruínas do Forte do Buraco, realizando, em linhas gerais, um apanhado o mais abrangente possível de citações diretas ou indiretas ao Forte do Buraco, tendo o bem uma elasticidade temporal demarcada desde relatos do séc. XVII até matérias veiculadas na imprensa nos primeiros anos do séc. XXI.

Por meio do site da Biblioteca Nacional Digital, na seção da Hemeroteca digital, foi consultado o acervo digitalizado do jornal Diário de Pernambuco, periódico em circulação desde 1825, na busca por notícias relativas ao Forte do Buraco. Por esses relatos foi possível precisar com mais segurança o período final de atividade do forte e seu intercâmbio com os pormenores administrativos, financeiros, militares e políticos da época, bem como perceber os desdobramentos culturais, ideológicos e políticos resultantes dos anos de negligência, das ações de agressão e das tentativas de proteção de suas ruínas durante todo o séc. XX.

A iconografia presente se mostra como a parte mais importante deste trabalho, uma vez que é uma fundamental aliada de toda análise estrutural arquitetônica e histórica. O acervo iconográfico utilizado neste trabalho pode ser dividido em três grupos principais: os mapas históricos e pinturas; os registros imagéticos do séc. XX e as fotografias contemporâneas do bem e do seu entorno.

Sobre os mapas e pinturas, foram priorizadas imagens que retratavam o Forte do Buraco em seus momentos iniciais, com clareza de nitidez e satisfatória resolução, além de estarem referendados por informações como autoria, ano, legendas ou indicações incontestes para ser mantida a linha de raciocínio do trabalho. Destaca-se a planta do Forte do Buraco datada de 1763, pertencente ao acervo da Secção Ultramarina da Biblioteca Nacional de Lisboa. O documento foi consultado através da Rede da Memória Virtual Brasileira, espaço digital que disponibiliza os acervos de todas as instituições nacionais que possuam um patrimônio visual ou textual.

Na planta do séc. XVIII estão descritos o traçado externo integral da fortificação, além da descrição pormenorizada das instalações internas e até a situação de degradação de uma parte específica do forte na época, no caso, os meios-baluartes voltados para o mar. Nele constam ainda informações valiosas sobre materiais em posse da fortificação e outros almejados para o funcionamento ideal da estrutura na época. Esse conjunto de fatores projetou o documento como a iconografia ideal para familiarizar o leitor ao objeto de estudo e referenciar a análise proposta neste trabalho.

Acerca das imagens do séc. XX presentes no trabalho, a pesquisa obedeceu a alguns critérios. Primeiramente, era fundamental que ela fosse um registro autêntico do Forte do Buraco, uma vez que, pelo menos em uma ocasião, uma imagem oficial, presente na internet atribuída ao Forte do Buraco, mostrou-se na verdade como sendo do Forte do Brum. Um segundo critério foi uma resolução mínima de qualidade capaz de oferecer informações sobre o estado de sua estrutura ou do seu entorno. Foi utilizada a ordenação numérica sobre determinados pontos de algumas imagens como recurso para melhor compreensão da explanação sobre aspectos específicos.

A maior parte dos registros do Forte do Buraco datados entre 1912 até a década de 1940 foram feitos pelos fotógrafos Benício Dias, Carlos Lemos, Alexandre Berzin e José de Paiva Crespo. Eles fazem parte do acervo da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), entidade criada em 1949 para preservar e difundir o legado histórico-cultural da região nordeste o Brasil, e foram pesquisados e solicitados na Villa Digital, espaço localizado no bairro de Apipucos, em Recife, que faz a tutoria do acervo histórico imagético físico e virtual da FUNDAJ, com cerca de 4.700 imagens, entre fotografias e cartões postais sobre arquitetura, paisagem urbana o cotidiano social pernambucano, nordestino e brasileiro.

Os registros feitos durante a demolição do forte, em 1953, fazem parte do acervo da biblioteca da 5ª Superintendência Regional do IPHAN/PE, em Recife, de onde foram pesquisadas e solicitadas. Sobre os registros contemporâneos presentes nesta pesquisa, são de autores variados, entre os quais o autor deste trabalho, e se encontram devidamente creditadas nos rodapés das imagens.

Paralelo ao acervo documental, a área das ruínas foi visitada em duas oportunidades, a primeira em dezembro de 2020 e a segunda em março de 2022, ambas por via marítima, para o reconhecimento do estado atual dos vestígios, a realização do registro fotográfico e visualização espacial de seu ambiente como um todo, com a verificação de elementos como conservação construtiva, danos ou acréscimos ao material edificado, vegetação, solo, acesso e segurança, aspectos estes descritos ao longo do trabalho.

Apesar da localização erma e das dificuldades logísticas para o acesso e trânsito na região das ruínas do forte, este trabalho não poderia ser realizado em sua plenitude sem a visita ao local, uma vez que, não raro, a complexidade construtiva das edificações militares, que sofreram no passado com reformas, acréscimos, depredações, abandonos, novos usos, entre outras ações, muitas vezes provoca o conflito na interpretação dos dados históricos, estes também prejudicados pela escassa documentação deixada pelos antepassados.

Dado que a planta utilizada para referenciar este trabalho é um documento do séc. XVIII, possíveis alterações construtivas que poderiam gerar incompatibilidade estavam dentro das expectativas consideradas. O que, no caso, não ocorreu, excetuando a ausência de um setor na planta, o sobrado superior, mas que, graças ao caráter interdisciplinar da metodologia, pôde ser contextualizado na narrativa, comprovando

como a materialidade pode, muitas vezes, solucionar total ou parcialmente estas dúvidas interpretativas, preenchendo as lacunas da escrita.

A trajetória da análise de degradação no trabalho foi pensada de maneira a seguir a divisão alfabética dos setores do forte existente na planta, aglutinando cronologicamente, em cada uma das letras/áreas da estrutura as imagens históricas e, posteriormente, as imagens recentes, entremeadas pelo texto com a descrição das mudanças estruturais observadas.

Nos setores da fortificação que não mais se encontram erigidos, mas que puderam ser visualizadas através de mais de uma imagem histórica, em tempos diferentes, foi possível tecer observações sobre a cronologia da degradação até o seu último momento registrado. Nos trechos onde não foram observados vestígios materiais aparentes, tampouco figuravam no material imagético histórico, apenas foi possível tecer comentário sobre a atual situação do ambiente observada *in loco*.

Algumas imagens contaram com o uso do georreferenciamento, bem como o auxílio de materiais como o metro, que permitiram uma melhor delimitação espacial do objeto estudado. Embora prejudicados em alguma medida pela presença da vegetação de grande porte que ocupa atualmente a área das ruínas e pela incidência de luz solar, as fotografias contemporâneas se configuram como um elemento fundamental para o conhecimento da atualidade do bem arqueológico.

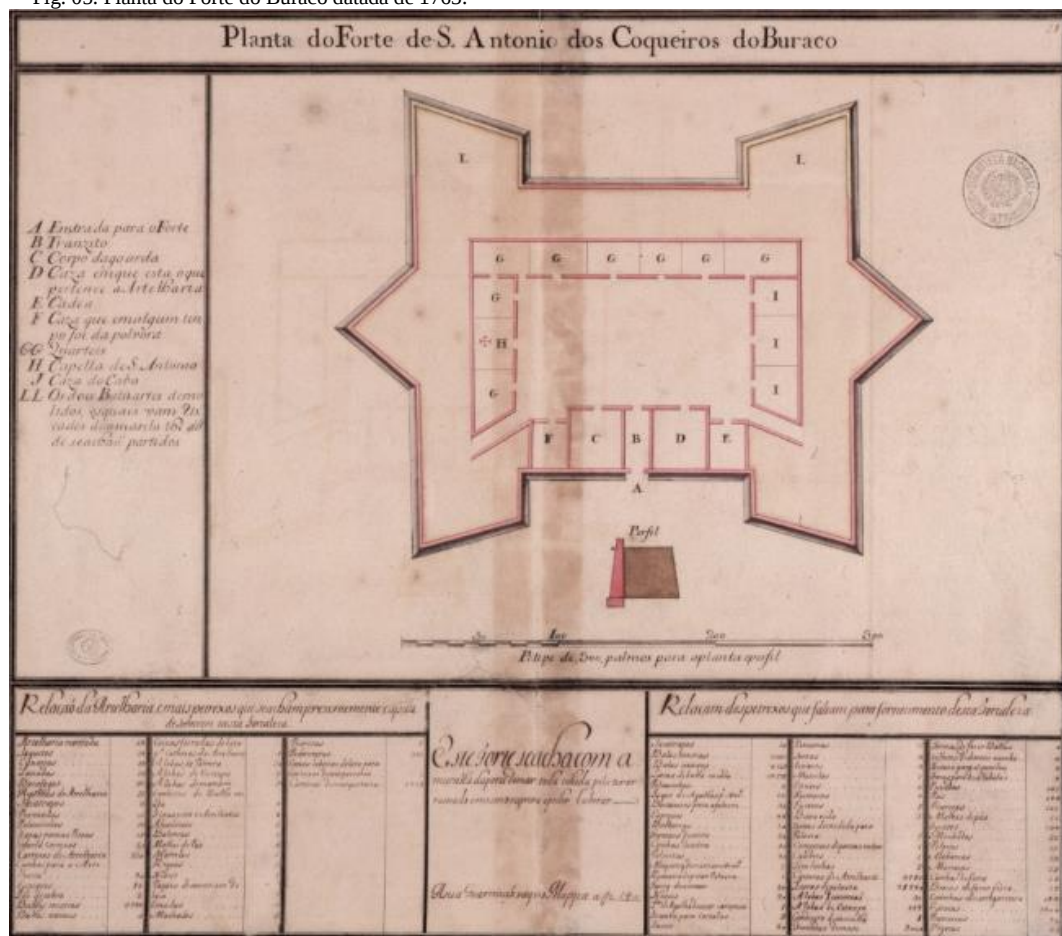
Nenhum vestígio foi danificado, transportado ou retirado de contexto pelo autor enquanto a pesquisa foi realizada, apesar da ausência de qualquer tipo de guarda ou fiscalização oficial no entorno das ruínas históricas.

4. ANÁLISE IMAGÉTICA DO PROCESSO DE ARRUINAMENTO DA EDIFICAÇÃO DO SÉC. XVIII.

Sabe-se que o Forte do Buraco teve formas distintas ao longo de sua existência, obedecendo aos intentos bélicos de estratégias de defesa e a disponibilidade de material. Como já visto anteriormente, o mapa de Vingboons (Fig. 02) retrata a unidade com 3 faces retas e 1 abaluartado. Na pintura de Peters (Fig. 04), vemos uma fortificação quadrangular com faces retas e levemente inclinadas para o interior, com uma edificação ao centro da praça de armas.

No início do séc. XVIII sua estrutura é totalmente modificada, sendo o forte reconstruído em maiores dimensões, com uso de pedra arenítica e cal, com novo arranjo interno, estando as acomodações agora em volta da praça de armas e com acréscimo de meios-baluartes e vértices. Desse último período construtivo, a iconografia que apresenta a mais completa representação espacial do Forte do Buraco (que deve ser confirmada ou contestada em sua fidelidade estrutural e arquitetônica mediante uma pesquisa arqueológica) é uma planta de autoria desconhecida, produzida em 1763, portanto, cerca de cinquenta anos após a reconstrução do forte (Fig. 05).

Fig. 05. Planta do Forte do Buraco datada de 1763.



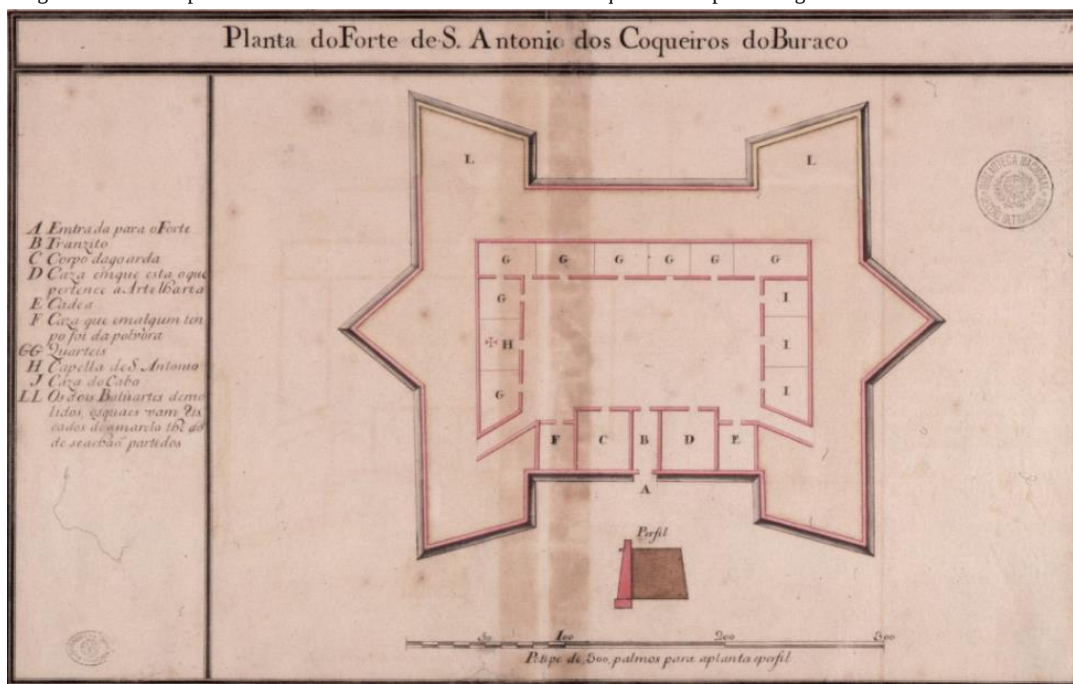
Fonte: Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

Componente do acervo da Secção Ultramarina da Biblioteca Nacional de Lisboa, no documento está exposto o traçado externo integral da fortificação, além da descrição pormenorizada das instalações internas e até a situação de degradação de uma parte específica do forte na época, no caso, os meios-baluartes voltados para o mar.

Para além da ilustração arquitetônica, constam no documento duas relações. A primeira é uma espécie de inventário da Artilharia e de tudo o que há de material em estado de uso no forte, com a nomeação e quantificação dos bens que “*se acham presentemente capaz de servirem nesta Fortaleza*”, totalizando 36 itens, entre cartuchos, balas, caixas, pés de cabra, martelos, picaretas, machados, réguas, balanças, níveis, agulhas de artilharia, pederneiras, entre outros. A segunda relação que consta no documento é a de “*petrexos que faltam para fornecimento desta Fortaleza*”, onde estão listados 56 itens em falta e a quantidade desejada. Nela constam calibres, pólvora, pás, enxadas, bimbarras, machados, martelos, picaretas, serras, tenazes, cunhas de mira, balas, malhos, máquina de montar artilharia, entre outros.

Consta ainda no documento a informação, aqui translada seguindo a grafia atual da língua portuguesa, de que o forte “*se acha com a muralha da parte do mar toda cahida (caída)[...]*”, denotando a dificuldade para manter o bem em condições de uso frente ao embate com os mares. Apesar desse trecho degradado já informado pelo documento, nesse momento o forte ainda conservava grande parte de sua estrutura, oriunda da reconstrução. Sobretudo, o traçado remanescente observado na atualidade a partir das ruínas é fidedigno ao descrito na referida planta (Fig. 06).

Fig. 06. Recorte da planta de 1763 com a estrutura do forte em destaque e sua respectiva legenda.



Fonte: Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

De acordo com o documento, o Forte do Buraco estava formado por uma entrada principal, quatro meios-baluartes (apesar de dois deles, os do lado leste, já se encontrarem desmoronados quando da confecção da planta), duas cortinas, dois meio-vértices, duas rampas, uma praça de armas ao centro e, ao redor dela, dezesseis salas cujas funções estão sugeridas na legenda lateral do documento.

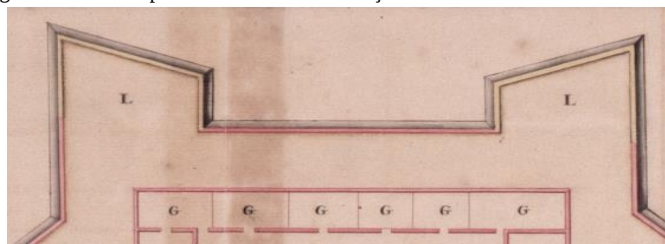
Os alojamentos estão listados alfabeticamente com a seguinte legenda ao lado da planta: (A) Entrada para o forte; (B) Tranzito; (C) Corpo da Guarda; (D) Casa da Artilharia; (E) Cadeia; (F) Casa da Pólvora; (GG) Quartéis; (H) Capela de Santo Antônio; (I) Casa do Cabo; (LL) os dois baluartes demolidos. Embora não nomeados na planta, os dois meios-baluartes do leste, situados na parte inferior da planta, serão nomeados, ao longo deste trabalho, com os complementos de *norte* e *sul*, para melhor compreensão do texto.

Os meios-baluartes voltados para o mar estão referenciados na planta e legendados com a letra L, com o texto esclarecendo que são “*os dois baluartes demolidos, os quais vão riscados de amarelo até onde se acham partidos*”, novamente seguindo a translação do escrito para a grafia atual da língua portuguesa. Uma característica usada pelo autor da planta nesse trecho foi apresentar uma coloração heterogênea para diferenciar os trechos edificadas (cor amarela) dos trechos demolidos ou em ruínas (cor rosa) em 1763. Assim sendo, podemos saber que, com exceção dos dois meios-baluartes do setor leste, toda a área interna construída do forte se encontrava edificada na época.

Apesar do desgaste da extremidade leste da fortificação, ainda segundo a planta, em 1763 a cortina desse setor ainda estava erigida. Esse fato indica que a provável causa dos danos aos dois blocos de guarda avançada foi o contato com as águas do oceano, pois eram eles os trechos mais próximos do contato com o mar, enquanto a muralha estava mais recuada.

Por esse recorte da planta é possível aferir ainda que as muralhas que ligavam os meios-baluartes leste aos seus respectivos meio-vértices apresentavam diferentes extensões de degradação (Fig. 07). A muralha da extrema direita da imagem apresenta uma coloração amarelada mais extensa, sugerindo uma maior degradação nesse lado, o setor sul da fortificação. Esse nível de especificidade demonstra que o autor ou os autores procuraram registrar com fidelidade a real condição do bem, transpondo para o papel os mínimos detalhes de arruinamento da estrutura.

Fig. 07. Recorte da planta indicando deterioração dos meios-baluartes.



Fonte: Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do AHU de Lisboa.

Seguindo essa ordem, inicialmente temos a *Entrada do Forte (A)*, a única da edificação, voltada para o rio Beberibe, que aparece em 1933 com muralha em pedra e estrutura de entrada em arco com duas colunas laterais em blocos de pedras retangulares trabalhadas (Fig. 08).

Fig. 08. Forte do Buraco com portão, baluarte e estruturas superiores em ruínas e canhão enterrado em 1933.



Fonte: Museu da Cidade do Recife - Facebook

O trecho entre a entrada e o flanco do meio-baluarte em ruínas apresenta uma homogeneidade construtiva, sem danos aparentes, com coloração uniforme e sem reentrâncias ou blocos ausentes. A face do meio-baluarte já estava desmoronada, somente restando a guarita e duas canhoneiras – uma abertura na murada do pavimento superior que servia de apoio aos canhões. Ao centro, um portão de madeira sob o arco e, à esquerda, a cortina e o parapeito apresentam alguns sinais de umidade, como a coloração escura e o que parecem ser musgos.

Por trás do parapeito, podem ser vistas as paredes laterais de um sobrado em ruínas, presumivelmente, a acomodação do comandante. Sobre o solo, nota-se uma vegetação rasteira em parte da área ao lado de onde repousam materiais construtivos desprendidos da fortificação.

Numa outra tomada dos anos 1930, da parte frontal da fortificação (Fig. 09) nota-se que o solo apresenta umidade, indicando que a fotografia foi feita num momento de recuo da maré. A presença de elementos marítimos como fragmentos de conchas e a coloração diferenciada da base da muralha parecem confirmar essa hipótese de frequente submersão da área e da erosão do solo.

Fig. 09. Muralha e entrada forte na década de 1930.



Fonte: Biblioteca IBGE.

O portal de entrada do forte se destaca, evidenciando ainda um razoável estado de conservação, embora mais danificado do que no registro de 1933. Entre as colunas laterais, acima do arco, vê-se um bloco retangular liso onde havia uma inscrição em latim e o ano de sua construção, 1705. Nas extremidades dessas colunas laterais, perpassando o parapeito superior, dois blocos em pedra preparada adornam a cúpula das colunas, umas delas com vegetação em sua lateral. Em momento capturado em 1997, vemos um desses blocos em cantaria avariado e depositado na beira da maré, entre outros vestígios desprendidos do forte, rodeados por pneus e outros tipos de lixo descartados (Fig. 10).

Em uma terceira imagem obtida do mesmo ângulo (Fig. 11), datada de 1939, podemos vislumbrar o processo de degradação dos elementos frontais da estrutura num espaço temporal de apenas seis anos. O portão de madeira aparenta não estar mais no local. O trecho esquerdo da cortina e seu parapeito estão mais escurecidos. No trecho direito, as canhoneiras, parte da murada superior e o flanco remanescente do meio-baluarte aparecem perfurados e escurecidos pela umidade.

Fig. 10. Bloco original da cúpula da coluna frontal, ao centro, e outros blocos do forte depositado na areia.



Fonte: Fortes de Pernambuco. Imagens do passado e do presente. Recife: Graftorre, 1999.

Fig. 11. Panorama da entrada do forte no ano de 1939.

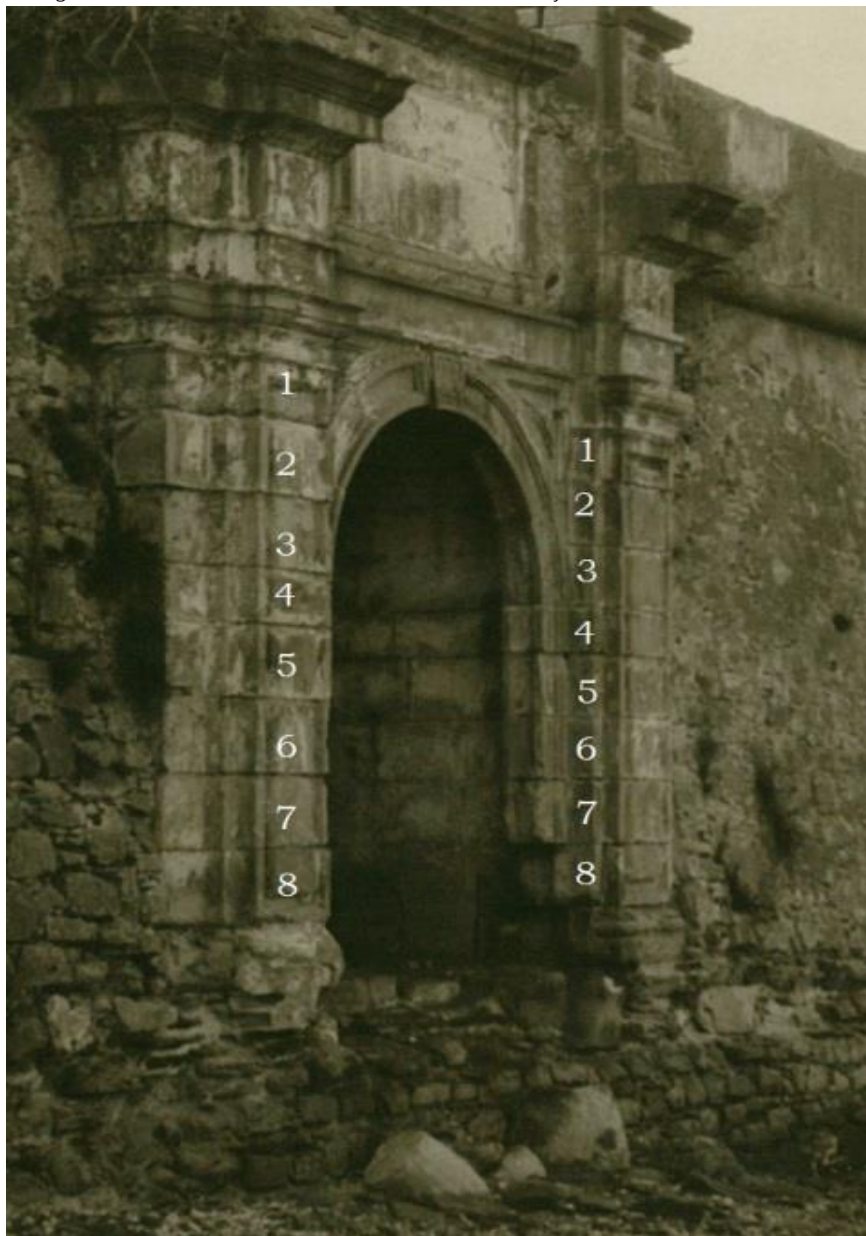


Autor: Ivan Granville.

Comparando as duas imagens, é nítida a diferença de altura do solo em relação ao canhão. Em 1933 (Fig. 08), o canhão aparece cercado por uma vegetação rasteira. Na imagem de 1939 (Fig. 11) o canhão está mais exposto e a vegetação ausente, o que significa dizer que o solo arenoso está mais rebaixado do que anteriormente e que a maré havia ocupado a área e atuado sobre a vegetação.

Analisando os blocos das colunas laterais ao arco, podemos ter uma ideia dos movimentos de erosão e acúmulo sedimentar na área do forte. Numerados sequencialmente utilizando como pontos de referência o limite de altura de curvatura do arco e um bloco de espessura mais compacta que os demais, enumerado aqui com o número 4, nota-se que na coluna lateral existiam oito blocos, indo do alto do arco até a base do forte (Fig. 12).

Fig. 12. Detalhe do arco de entrada com inclusão de numeração nos blocos laterais.



Fonte: Biblioteca IBGE.

Mantidas as numerações associativas em todos os blocos nas fotos antigas e atuais, em registro de 2020 são contados sete blocos ao total, seis deles totalmente expostos. O bloco de número 1 da antiga foto não está mais presente, desprendeceu-se ou foi retirado da muralha (Fig. 13), enquanto o bloco de número 8 se encontra apenas superficialmente aparente, quase totalmente coberto pelo solo (Fig. 14).

Fig. 13. Face lateral da coluna em blocos na entrada do forte.



Fonte: Rodrigo Oliveira, 2022.

Fig. 14. Outro ângulo da mesma coluna lateral da imagem anterior.



Fonte: Rodrigo Oliveira, 2020.

Em fotografia dos anos 1940, uma mulher e duas crianças posam na entrada do forte (Fig. 15). Para efeitos de comparação em escala humana, é possível ter uma noção da dimensão estrutural da construção e da profundidade do soterramento que a área sofreu até os dias atuais, elevando-se o solo em cerca de 1,7 metro.

Parte considerável de sua base permanece intacta, aumentando as possibilidades de preservação dos vestígios desprendidos do entorno, também cobertos pelo solo, dotando a região de um alto potencial arqueológico. Alguns blocos maiores se desprenderam da muralha e o solo apresenta trecho úmido com presença de conchas e outros sedimentos marinhos, além da umidade presente na base edificada.

Fig. 15. Mulher posa com duas crianças em frente ao pórtico de entrada do forte nos anos 1940.



Simulação de Rodrigo Oliveira sobre imagem de autor desconhecido. Fonte: Blog Recife Antigo.

Adentrando o arco, temos o corredor de acesso ao interior do forte, ainda hoje edificado, denominado na planta como *Tranzito* (B). Em momento dos anos 1940 (Fig. 16), temos uma visão do corredor e da parte externa do forte, com vegetação rasteira, barcos ancorados, o leito do rio Beberibe e algumas casas, no outro lado do rio.

Notam-se alguns blocos desalinhados com o desenho estrutural, bem como perfurações que incidem sobre eles indicando os locais onde se fixavam as dobradiças do portal em madeira. No teto em abóbada, além da umidade, há uma abertura indicando que o piso superior foi danificado, embora não tenha comprometido o equilíbrio da estrutura em arco.

Em momento atual (Fig. 17), a estrutura em arco se mantém com alguns pontos degradados, como a ausência de blocos próximos da base, a fuligem preta na base próxima à saída, indicando que o local foi palco de queima recente e a umidade que incide no trecho do teto próximo a abertura, deixando a área escurecida.

Fig. 16. Corredor e vista exterior na década de 1940.



Fonte: Revista Algo Mais

Fig. 17. Corredor, área do antigo portal e parte externa do forte em 2022.



Autor: Diego Oliveira, 2022.

A visão da região externa foi encoberta por árvores de grande porte no solo, além de raízes que despontam do orifício no teto, indicando uma densa vegetação também na parte superior, cujo peso e extensão podem comprometer a estrutura edificada. Ficam também evidentes o desgaste da paginação de alvenaria do arco e a ausência de cobertura construtiva sobre ele na medida em que se aproxima sua parte central.

Fig. 18. Vegetação presente na estrutura superior do arco de entrada.



Autor: Diego Oliveira, 2022.

Em outra tomada (Fig. 19), observa-se a presença de blocos construtivos espalhados pelo solo, de umidade, rastros de cupins e perfurações na face interna da estrutura, além do desgaste das bases construtivas, com novos pontos de fuligem que atingiram as cinco seteiras aparentes, por onde soldados faziam disparos contra os invasores. A imagem ainda revela a presença de lixo e artefatos de cerimônias religiosas ritualísticas.

Fig. 19. Aspecto interno do arco de entrada.



Autor: Diego Oliveira, 2022.

Seguindo para a parte interna, após o corredor (B), estão descritos na planta, à direita, a “*Caza em que está o que pertence a Artilharia*”, que podemos aqui chamar de *Casa de Artilharia* (D) e a Cadeia (E).

A parte posterior desse bloco construtivo é contornada por uma estrutura contínua em arco e, sobre ela, existia um sobrado. Por baixo dos arcos estão edificadas paredes de material construtivo recente, talvez indicando um intento de reaproveitamento dos alojamentos do forte (Fig. 20 e 21).

Fig. 20. Entradas da Cadeia e da Casa de Artilharia em momento contemporâneo.



Autor: Eron Nunes.

Fig. 21. Panorama interno frontal da Cadeia, Casa de Artilharia e Corredor de entrada do forte (da esquerda para a direita).



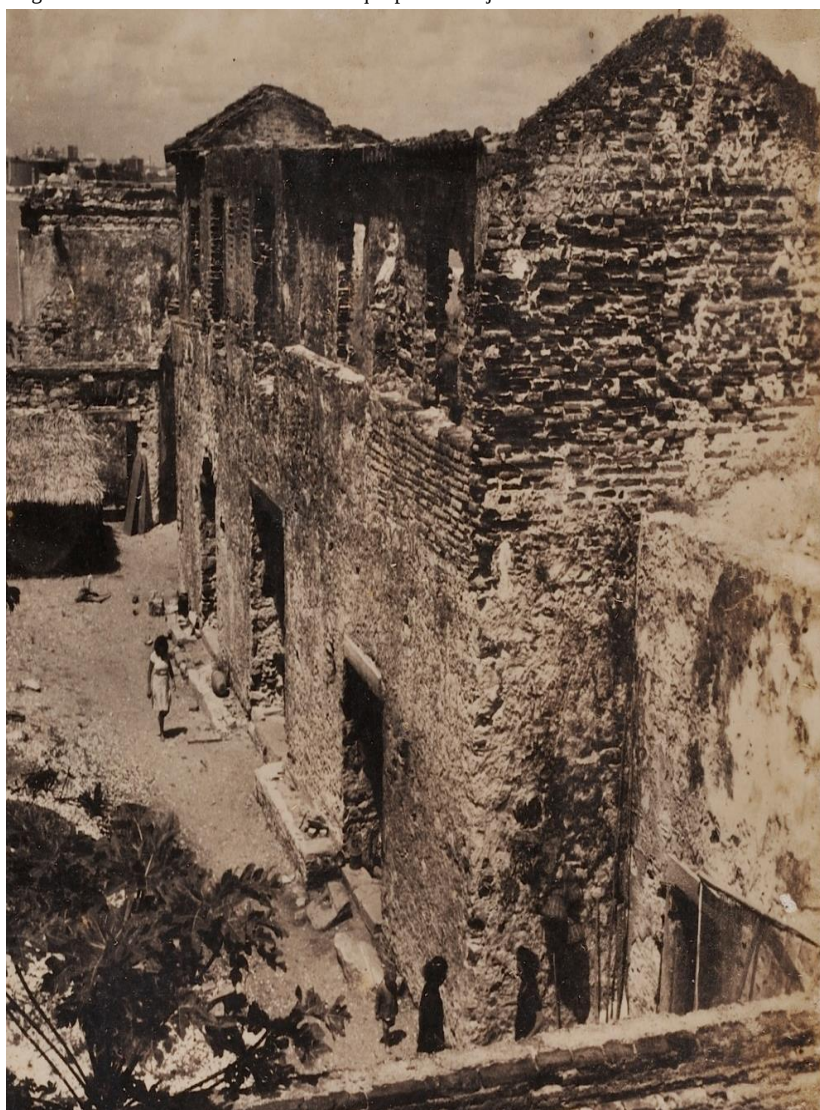
Autor: Pingo Adventure – Facebook.

Em imagem de 1939, retratando o pátio interno da fortificação, não são observados os arcos abaixo do sobrado (Fig. 22). Em seu lugar, um revestimento reto semelhante a um chapisco percorre uniformemente o trecho entre o nível térreo e superior, com as devidas aberturas para os alojamentos já citados. Como a anterioridade do material construtivo, o desuso da técnica e o próprio fato do forte estar abandonado

desautorizam a possibilidade de serem os arcos um acréscimo feito na segunda metade do séc. XX, a hipótese mais plausível é a de que, num momento anterior, os arcos estivessem presentes na construção, mas o sobrado, não.

Com a sua construção, o revestimento uniforme, ampliando em alguns centímetros o perímetro construído, cobriu os arcos. Após a demolição da casa no piso superior e das paredes dos alojamentos que o sustentavam, na metade do séc. XX, os arcos foram novamente expostos. Por causa da demolição, os arcos ficaram avariados e paredes contemporâneas foram construídas abaixo deles, para manter a estrutura edificada.

Fig. 22. Pátio interno do forte com destaque para os alojamentos térreos e o sobrado.



Autor: Alexandre Berzin – Acervo Fundação Joaquim Nabuco – Ministério da Educação.

Na parte interna da Casa de Artilharia é possível observar lixo espalhado, paredes e teto escurecidos, recantos com fuligem e restos de roupas, um sinal de que

ainda há um fluxo de pessoas frequentando o local (Fig. 23). Na área externa foi notado mais lixo contemporâneo, além do acúmulo de material orgânico na forma de folhas secas, galhos e pequenos troncos.

Fig. 23. Lixo, folhas secas e umidade presentes no interior da Casa de Artilharia.



Autor: Diego Oliveira, 2022.

Entre a Casa da Artilharia e a Cadeia (E) há uma sobreposição de períodos construtivos, com variados materiais usados em pelo menos dois momentos. Em imagem aproximada, distinguimos tijolos e argamassa contemporâneos sobrepostos a tijolos históricos e muralha de pedra que, provavelmente, são originários da construção do séc. XVIII (Fig. 24).

Fig. 24. Em destaque, a sobreposição construtiva na entrada da Casa de Artilharia.



Autor: Rodrigo Oliveira, 2020.

A Cadeia (E) era o local que servia de detenção aos militares insubordinados ou aos eventuais inimigos capturados. Na entrada, o arco em alvenaria de tijolos divide espaço com revestimento em chapisco e tijolos contemporâneos, além da presença de trecho remanescente com tijolos históricos parcialmente expostos ao lado da entrada da cadeia. Após esse trecho, cessa a parte edificada da parte sul do forte. (Fig. 25).

Em seu interior, foi notada a presença de morcegos, lixo, poças d'água e paredes com fuligem indicando recente queima no recinto. Do lado de fora, troncos e galhos pesam sobre a massa construtiva. Uma pequena abertura na estrutura, rente ao solo, voltada para a parte frontal da fortificação completa o cenário da sala prisional.

Fig. 25. Momentos construtivos na entrada da antiga Cadeia.



Autor: Rodrigo Oliveira, 2020.

No outro extremo do bloco construtivo de entrada do forte, à esquerda do corredor (B) estão descritos na planta o Corpo da Guarda (C) e a “*Caza que em algum tempo foi da pólvora*” (F), podendo aqui ser chamada *Casa de Pólvora*, cuja descrição sugere um uso posterior ou anterior diferenciado. O Corpo da Guarda encontra-se com estrutura semelhante à da Casa da Artilharia, com acréscimo de parede em material contemporâneo, erguido abaixo da estrutura em arco. Uma densa vegetação incide sobre sua estrutura e, internamente, há a presença de lixo, material orgânico e umidade nas paredes.

Vizinha à Casa da Artilharia, está a Casa de Pólvora (F). Em registro da década de 1940, ela aparece junto à rampa que dava para a praça de armas (Fig. 26). Embora a vegetação estivesse rasteira na época, revelando pequenos barcos ancorados e as águas

do Rio Beberibe, é perceptível a situação de abandono pelo estado da parede, com desgaste do revestimento e inscrições de visitantes, uma dessas inscrições datada de 1949.

A murada lateral da rampa apresentava falhas pela ausência de material construtivo, já não havendo divisão desta com a sala lateral, um dos quartéis (GG), segundo referência da planta de 1763.

Fig. 26. Casa de Pólvora e rampa vistas a partir do pavimento superior, em registro da década de 1940.



Fonte: Revista Algo Mais.

Em momento atual (Fig. 27), a Casa de Pólvora apresenta material construtivo recente, como a janela preenchida com tijolo contemporâneo, além de densa vegetação de plantas trepadeiras ocupando suas paredes. O revestimento da muralha desapareceu quase por completo e árvores de grande porte cresceram sobre o teto da sala, no pavimento superior. Esse alojamento completa, junto com a Área de Trânsito, a Casa de Artilharia, o Corpo da Guarda, a Cadeia e o meio-baluarte norte, o conjunto construtivo interno do Forte do Buraco que permanece edificado.

Fig. 27. Face externa da Casa de Pólvora com vegetação circundante e ausência de revestimento.



Autor: Rodrigo Oliveira, 2022.

O Forte do Buraco contava com aposentos denominados *Quartéis* (GG). Eram, segundo a planta, oito salas, sendo seis situadas no leste do forte e duas no lado norte, todas voltadas ao pátio central. O único vestígio material aparente dessas salas é uma base de tijolos coberta por musgos, localizada entre a rampa e a antiga capela, rodeada de material orgânico, lixo e blocos soltos da construção (Fig. 28). Por essa materialidade, é possível ter uma ideia da largura da parede das acomodações internas, bem como do acabamento e dimensão dos tijolos.

Fig. 28. Paginação de tijolos na base de um dos quartéis, junto à rampa.



Autor: Rodrigo Oliveira, 2022.

Entre os dois quartéis do lado norte está representada na planta, com a letra H e uma cruz vermelha a “*Capella de Santo Antônio*” (H), local de cunho religioso dentro da fortificação, consagrada a Santo Antônio, santo do qual deriva um dos vários nomes da fortaleza, *Forte de Santo Antônio do Buraco*. Não restam vestígios aparentes em superfície da citada capela.

A *Casa do Cabo* (I) situava-se à direita da praça de armas, após a entrada. Na legenda lateral da planta do séc. XVIII, a grafia de sua letra representativa se assemelha com a letra J, mas em outras cinco plantas de fortificações pernambucanas

possivelmente produzidas no mesmo ano observa-se semelhante característica com relação à letra I³⁵.

A rampa que liga os dois pisos da fortificação foi feita em blocos de pedra e cal, mesmo material empregado no resto da construção (Fig. 29 e 30). A murada se encontra com algumas falhas no preenchimento dos blocos. Uma árvore de grande porte está presente ao centro de sua extensão, bem como outros ramos menores, galhos e folhas secas.

Fig. 29. Rampa, murada e base de um dos quartéis vistos a partir do pátio interno.



Autor: Rodrigo Oliveira, 2020.

³⁵ Apesar da autoria desconhecida, plantas do Forte do Buraco, Forte do Brum, Forte das Cinco Pontas, Forte de Santa Cruz do Mar, Forte de Itamaracá e Forte de Tamandaré foram produzidas no ano de 1763. Provavelmente, são oriundas de única fonte, pois, além da mesma origem temporal, as plantas guardam similaridade de características estilísticas como caligrafia, coloração, traçado, dimensão e profundidade.

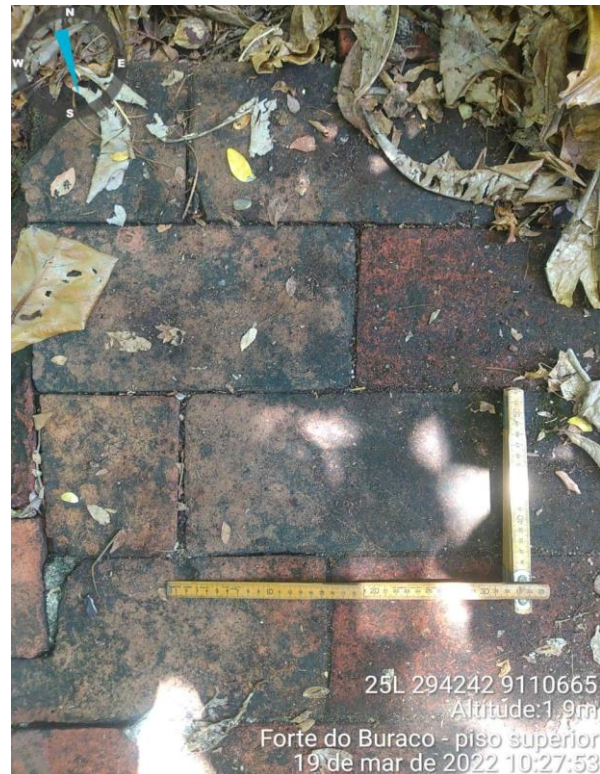
Fig. 30. Vista da rampa a partir do piso superior, com a presença de árvore.



Autor: Diego Oliveira, 2022.

Ao fim da rampa, acessado o andar superior, vê-se parte do piso original em formato retangular, com algumas manchas escuras e trechos partidos (Fig. 31).

Fig. 31. Detalhe do piso do andar superior.



Autor: Rodrigo Oliveira, 2022.

O sobrado que aparece em ruínas nas imagens históricas do forte, localizado no piso elevado, não está representado na planta de 1763. Provavelmente, não estava edificado na época da confecção da planta, sendo um acréscimo posterior. Geralmente esse tipo de construção elevada em fortificações, com vista tanto para o extra-muros como para a praça de armas, tinha por finalidade acomodar o representante hierárquico de mais alto grau, o comandante do forte³⁶.

Em imagem de 1912 (Fig. 32) é possível notar o sobrado já em precário estado de conservação, com extensas manchas escuras de umidade, mas ainda mantendo o telhado e paredes revestidas. Na área externa ao alojamento, vê-se o piso do meio-baluarte norte, a murada do parapeito e canhoneiras com desgaste de revestimento, além da guarita escurecida e, em parte, arruinada.

É o único registro fotográfico encontrado onde, tanto o meio-baluarte sul aparece ainda com flanco e face preservados, como o sobrado se encontra com parede frontal e telhado. O piso tem uma alteração de estilo e tamanho, mais estreito quando junto ao corpo central da estrutura e mais largo quando próximo da extremidade do meio-baluarte, possivelmente indicando dois períodos distintos de obra ou um complemento por falta de material semelhante.

³⁶ ALBUQUERQUE, LUCENA, WALMSLEY, op. cit., p. 80.

Fig. 32. Piso do andar superior, sobrado e meio-baluarte sul vistos a partir do meio-baluarte norte em 1912.



Autor: Benício Dias – Acervo Fundação Joaquim Nabuco – Ministério da Educação.

Na década seguinte, 1920, fotografia do pátio interno capta a face posterior das paredes do sobrado, bastante escurecidas (Fig. 33).

O material usado no sobrado é a alvenaria em tijolos, que difere dos blocos rochosos disformes empregados nos alojamentos internos do forte, inclusive nas acomodações dos cabos. Estas, nomeadas na planta de 1763 com a letra J, aparecem no centro da imagem, com ausência de telhado, da parede lateral e traseira e da própria face sul da muralha, abrindo uma brecha construtiva na fortificação e desconectando esse trecho da cortina leste do forte.

As duas entradas da acomodação dos cabos estavam, na época, em condições de preservação diferentes. Enquanto uma conservava o batente em sua totalidade, a outra, mais próxima da rampa, contava apenas com o bloco superior do batente da porta e com o arco em tijolos, situação semelhante notada na entrada da Casa de Artilharia, logo abaixo do sobrado superior.

A imagem revela ainda trecho da rampa que dava acesso ao piso superior e a parede dos fundos dos alojamentos dos Cabos, que acompanha a inclinação da rampa para proporcionar a cobertura dos setores internos do forte. Ao fim da rampa estava o corredor superior do setor sul que, antes do arruinamento da muralha externa e da dissolução do terrapleno, circundava toda a fortificação e dava acesso aos meios-baluartes. Ao fundo, o trecho interrompido do istmo alagado pela maré e a área portuária com galpões e tanques.

Fig. 33. Vista do pátio interno do forte na década de 1920, com destaque para as ruínas dos quartéis e do sobrado superior.



Autor: Carlos Lemos – Acervo Fundação Joaquim Nabuco – Ministério da Educação.

Em momento do final dos anos 1930 (Fig. 34), quase 20 anos depois, numa tomada geral da praça de armas feita a partir do terrapleno do setor norte, temos em destaque o sobrado do comandante, com telhado em duas águas e o beiral de telha sobre telha, com algumas peças remanescentes.

Abaixo da estrutura do sobrado estão três portais, o de entrada e saída do forte ao centro e, nas extremidades, as entradas do Corpo da Guarda e da Casa de Artilharia. O revestimento apresenta perfurações e escurecimento em algumas partes. Na direita da imagem, está a entrada da Casa de Pólvora com utensílios de pesca ao lado.

A área do forte estava então sendo utilizada como moradia, o que explica, além dos objetos e outros materiais, o fluxo de mulheres e crianças pelo pátio interno e, no canto esquerdo, a existência de construções improvisadas, espécie de mocambo, logo abaixo da visão da muralha do forte danificada, das águas e do porto do Recife, ao fundo. No canto inferior da imagem, nota-se uma estrutura retilínea e, abaixo dela, uma abertura onde ficava a porta da capela e seu interior.

Fig. 34. Acomodações internas do forte servindo de moradia em 1939.



Autor: Alexandre Berzin – Acervo Fundação Joaquim Nabuco – Ministério da Educação.

Em registro de 1939 (Fig. 35) temos a visão interna do sobrado superior, a Casa do Comandante, com trecho da parede interna degradada e sem revestimento, expondo as camadas de tijolos e argamassa, além da ausência de telhado e batentes laterais onde estavam assentadas as portas e trecho demolido onde antes havia uma divisória interna. Resquícios do piso de tijoleira estavam cobertos por uma camada de vegetação rasteira, gramínea e, pelo espaço de uma das portas, vê-se as ruínas de um dos alojamentos. Ao fundo, o enrocamento, o caminho de pedras que ligava o istmo ao porto no bairro do Recife.

Fig. 35. Paredes internas do sobrado do comandante em 1939.



Autor: José de Paiva Crespo – Acervo Fundação Joaquim Nabuco – Ministério da Educação.

Em imagem de 2020 (Fig. 36), com enquadramento semelhante ao registro de 1912 (Fig. 31) somente a lajotaria do piso apresenta bom estado de conservação, porém, em área limitada. Árvores de grande porte ocupam toda a área superior, algumas crescendo no espaço onde havia o parapeito, entre a cortina e o piso superior; outras brotaram sobre o próprio piso e ocupam o lugar da antiga casa do comandante.

Nota-se a presença de folhas secas, troncos e galhos por toda a área, além da extensão gramínea e de outras vegetações rasteiras no piso. Seguindo em direção ao setor sul, a partir do pavimento superior, o piso continua conservado até a altura da Casa de Artilharia e da Cadeia, quando cessam os vestígios construtivos.

O parapeito do forte foi demolido nos anos 1950, inexistindo hoje em quase toda a sua extensão. Era feito em alvenaria de tijolos, material menos resistente do que a muralha em pedra na qual estava assentado. Os poucos trechos que restam edificados estão parcialmente expostos sem o revestimento e cobertos por vegetação, troncos e galhos (Fig. 37).

Fig. 36. Pavimento superior com árvores ocupando o lugar do antigo sobrado e do parapeito.



Autor: Rodrigo Oliveira, 2020.

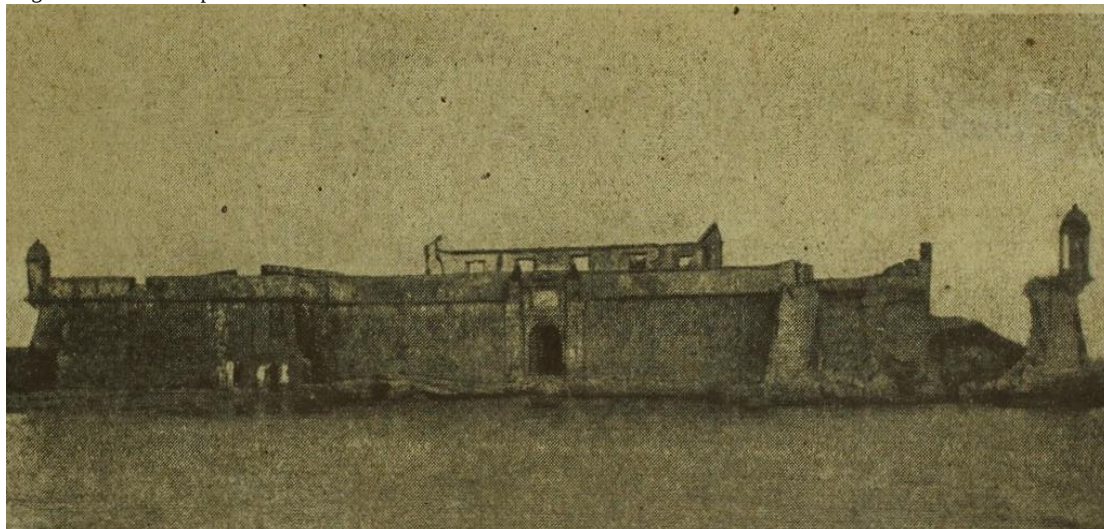
Fig. 37. Trecho em alvenaria de tijolos do parapeito no piso superior do forte



Autor: Rodrigo Oliveira, 2020.

Os meios-baluartes voltados para o lado do rio Beberibe são os únicos que foram registrados em fotografia. O meio-baluarte sul aparece edificado em 1912 (Fig. 32). Em 1916 (Fig. 38), já se encontrava com graves avarias, sem a face, restando erguidas apenas a guarita e um trecho do flanco, o que data seu desabamento no intervalo de 4 anos, entre 1912 e 1916, mesmo período de arruinamento do sobrado superior conforme comparativo entre as duas imagens. Não há vestígios remanescentes aparentes do meio-baluarte sul, da guarita ou do flanco.

Fig. 38. Panorama da parte frontal da estrutura com visão dos meios-baluartes do setor oeste em 1916.



Fonte: Almanach de Pernambuco/Acervo Biblioteca Nacional.

Podemos vislumbrar detalhes do seu material construtivo em 1939 (Fig. 39). Blocos caídos do meio-baluarte sul rompido em seu flanco revelam a composição construtiva formada por blocos de pedra e argamassa de cal. O meio-baluarte do lado norte aparece em bom estado, apesar de ter o flanco e a face escurecidos, mancha que atinge ainda todo o parapeito e a cúpula das colunas de entrada. Moradias improvisadas estão localizadas junto à muralha frontal do meio-baluarte. As partes da estrutura desabada mais próximas ao solo apresentam escurecimento indicando o contato com água, provavelmente nos momentos de maré cheia.

Fig. 39. Entrada do forte, meio-baluarte norte e ruínas do meio-baluarte sul em 1939.



Autor: Alexandre Berzin – Acervo Fundação Joaquim Nabuco – Ministério da Educação.

Em imagem de 2020, (Fig. 40), vemos sua muralha remanescente entre a face e o flanco, com trechos de blocos retangulares e outros em pedras menores disformes, alguns desses blocos apresentando perfurações e espaçamento desigual entre as suas divisórias. Nota-se ainda a ausência de blocos, da guarita e do parapeito. Apesar da visão aérea menos fechada, pela captação ocorrida durante a temporada de verão, tem-se ideia da densa vegetação que incide sobre o trecho, através da numerosa presença de folhas secas e de troncos, presentes ao redor e sobre a estrutura.

Fig. 40. Meio-baluarte remanescente, com trechos preenchidos em blocos de pedra retangulares.



Autor: Rodrigo Oliveira, 2020.

Em 1953, uma das faces do meio-baluarte onde estava assentada a guarita aparecia desgastada e escurecida (Fig. 41). Na parte superior, apesar do revestimento comprometido, ainda se encontrava erguido o parapeito com as canhoneiras, mas sem a presença da guarita no ângulo flanqueado. No canto inferior estão restos de material construtivo, provavelmente oriundos das demolições do forte e que foram reaproveitados na ampliação do porto.

Fig. 41. Face lateral do meio-baluarte norte e entulhos construtivos na década de 1950.



Fonte: Recife de Antigamente – Facebook.

Uma vegetação rasteira dividia espaço com troncos grossos de baixa estatura cortados, indicando que havia também uma vegetação alta e que ela foi retirada da área, possivelmente para facilitar a instalação dos galpões e o próprio movimento de trabalhadores e máquinas da obra. Ao fundo, o rio Beberibe e o bairro de Santo Amaro.

Em registro de 2022, o mesmo trecho onde estivera assentada a guarita apresenta desprendimento dos blocos em maior grau, próxima da base (Fig. 42), deixando espaços côncavos no perfil construtivo e revelando a camada bruta de rochas misturadas à argamassa de cal. Alguns blocos retangulares estão fissurados, havendo o risco eminente de queda. A vegetação de grande porte ameaça a estrutura tanto nas bases, pela proximidade dos troncos com a parte construtiva junto ao solo, quanto na sua lateral e parte superior, pelo peso e umidade que pode concentrar sobre a estrutura, além da extensão do alcance das raízes.

Fig. 42. Ângulo flanqueado do meio-baluarte norte com desprendimento de blocos.



Autor: Rodrigo Oliveira, 2022.

Seguindo pela muralha leste se iniciava a inclinação que formaria o meio-vértice. Esse setor se encontra parcialmente edificado, sendo o último remanescente construtivo mais próximo ao oceano. Em registro de 1912, o ângulo saliente aparece em destaque (Fig. 43), com sua muralha de pedra escurecida e o parapeito com as canhoneiras, seguido de trecho desmoronado com material do terrapleno que fizera a ligação do piso superior com o meio-baluarte leste, concentrando um amontoado de blocos junto às águas do mar.

Em frente ao meio-vértice algumas colunas e barras estão fincadas ao solo, provavelmente, as bases onde seriam instalados os trilhos que passariam sobre o enrocamento. A área em declive, possivelmente causado pela força das ondas, define o limite entre a areia e a vegetação rasteira.

Fig. 43. Vista do setor norte do forte em 1912, com meio-vértice ao centro e muralha desmoronada.



Autor: Benício Dias – Acervo Fundação Joaquim Nabuco – Ministério da Educação.

Vê-se o mesmo meio-vértice norte em 1939, agora a partir do piso superior, no canto esquerdo da imagem (Fig. 44), com as canhoneiras e o parapeito escurecido, em cujo trecho interno é possível observar a paginação de tijolos. No lado direito, está a murada e o início do declive que sustentava o telhado dos alojamentos internos, no caso, os quartéis e a capela. Ao centro da fotografia está o corredor que ligava a parte oeste ao leste da fortificação, ao fundo da imagem, com a presença de vegetação rasteira e pequeno desnível no preenchimento do terrapleno.

Esse desnível corrobora a diferença de altura da muralha do meio-vértice em relação aos meios-baluartes, observada em vista externa do forte, que resultava num problema ao deixar expostos ao inimigo do lado oeste os combatentes em seu interior.

Fig. 44. Vista do terraço norte com meio-vértice à esquerda e murada de cobertura dos alojamentos internos à direita.



Autor: José de Paiva Crespo – Acervo Fundação Joaquim Nabuco – Ministério da Educação.

Em imagem de 2020 (Fig. 45), a partir do lado externo da fortificação, observa-se o meio-vértice parcialmente edificado, restando dele apenas pequeno trecho angulado de preenchimento disforme, ora em blocos retangulares, ora em pedras de variados formatos e tamanhos.

Pela comparação de escala com a figura humana presente no registro fotográfico, é possível observar que, mesmo com a base parcialmente soterrada e a ausência do parapeito, a muralha do séc. XVIII tinha uma considerável altura, cerca de 4 metros. Uma árvore de grande porte nasceu e se desenvolveu na face construtiva entre o meio-baluarte e o meio-vértice, enquanto outras têm seus troncos inclinados na direção da muralha.

Fig. 45. Muralha norte e início do meio-vértice com presença de enraizamento na face externa.



Autor: Rodrigo Oliveira, 2020.

Em momento contemporâneo (Fig. 46), podemos notar a extensão de degradação sobre o meio-vértice, com a presença de rachadura que vai da base até o cumo da muralha, além de duas perfurações e a presença invasiva da vegetação em volta da estrutura.

Em outro ângulo (Fig. 47), vemos o ponto final em que se encontra a muralha do meio-vértice, com a presença de vestígios com fragmentos de conchas marinhas no interior de sua massa construtiva. Como em outros trechos da construção, na angulação para a formação do meio-vértice nota-se o preenchimento da muralha com blocos retangulares. Troncos de elevada altura pendem sobre a estrutura.

Fig. 46. Remanescente do meio-vértice com perfurações, rachadura e vegetação invasiva.



Autor: Rodrigo Oliveira, 2022.

Fig. 47. Trecho rompido da estrutura do meio-vértice.



Autor: Eron Nunes.

Na parte interna do meio-vértice (Fig. 48), de preenchimento em pedras de variado formato, tamanho e espessura, ainda permanece o aclave resultante do amontoado de blocos e do desmoronamento do material do terrapleno que compunha o corredor do piso superior, que formou uma inclinação suficiente para levar o visitante ao pavimento superior por caminho que margeia a muralha interna. Galhos de grande porte caídos sobre a muralha dificultam a passagem.

Fig. 48. Blocos rochosos que formam a parte interna remanescente do meio-vértice norte.



Autor: Rodrigo Nunes, 2020.

O setor leste do forte foi pouco registrado ao longo do século XX, em razão de já estar, naquela época, em avançado estado de ruína ou ausente. No entanto, em dois registros históricos obtidos de ângulos próximos, podemos vislumbrar aspectos do seu estado nas primeiras décadas do século passado. Numa imagem de 1920 (Fig. 49), vê-se em destaque a contra muralha, que compunha o fundo dos alojamentos dos quartéis.

Nota-se a inclinação das extremidades da muralha, voltada para a praça de armas, acompanhando o declive da rampa, já ausente na época.

A muralha externa do forte, nesse trecho, também já havia tombado. Situava-se paralela à contra muralha e, entre elas, estava o terrapleno que formava o corredor superior do lado leste, cuja parte do material componente desmoronou após o arruinamento e aparece como o banco de areia amontoado na direita da imagem, com os blocos desprendidos do forte ao redor.

Na fotografia, esse amontoado de areia e blocos separa as águas do oceano da estrutura ainda edificada, num claro momento de maré vazante, o que indica que aquele trecho construtivo estava parcialmente protegido quando as águas subiam. Blocos com material construtivo do forte estão espalhados ao redor da estrutura e nota-se um rompimento da construção na parte sul da mesma, onde estavam antes o meio-vértice e o meio-baluarte sul, deixando à vista as ruínas do sobrado e dos alojamentos internos.

O meio-baluarte do lado norte também está ausente e o trecho rompido naquele setor é outro indicador que comprova ser esta a parede interna e não a muralha externa do forte, pois o rompimento se dá na mesma altura onde está edificada a muralha, de modos que não haveria espaço para a existência do meio-baluarte.

Fig. 49. Panorama dos setores leste e sul da fortificação em 1920.

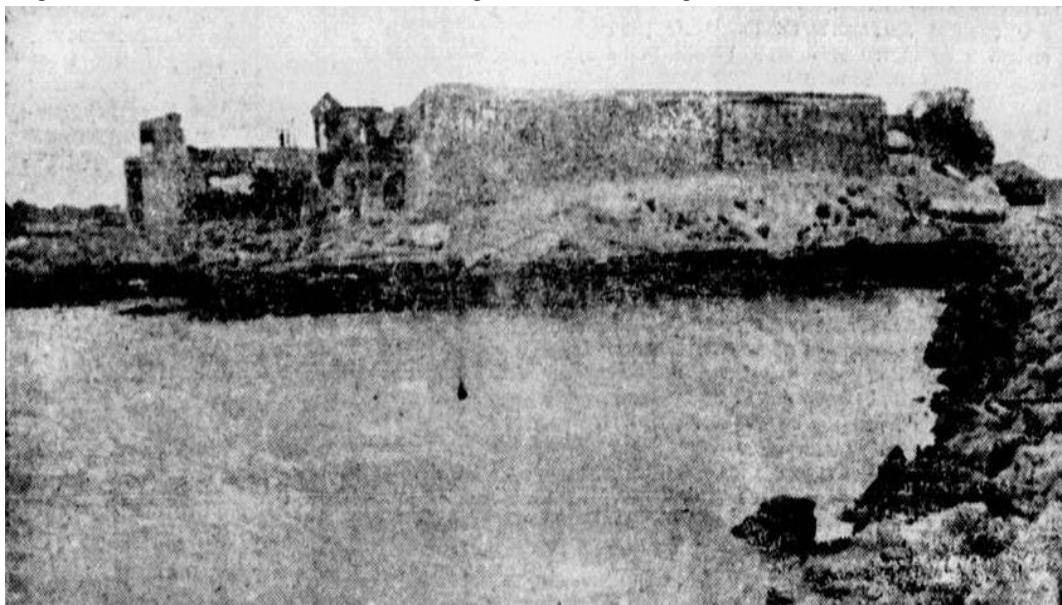


Autor: Carlos Lemos – Acervo Fundação Joaquim Nabuco – Ministério da Educação.

No fim da década seguinte, cerca de 18 anos depois, a contra muralha leste ainda estava edificada, conforme evidencia o Diário de Pernambuco em 1938 (Fig. 50). Abaixo da estrutura, montes construtivos, vegetação e areia ainda protegem as ruínas

das águas retesadas pelo caminho de pedras que parece ser o trecho final do enrocamento, a ligação artificial entre o istmo e o bairro do Recife. Não são notadas alterações construtivas aparentes entre os dois momentos.

Fig. 50. Tomada do Forte do Buraco em 1938, em ângulo semelhante ao da figura anterior.



Fonte: Diário de Pernambuco, 21/01/1938 - Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

Na década seguinte, em detalhe do mesmo trecho, podemos notar mais aproximadamente o aspecto do seu material construtivo e a situação do arruinamento do setor leste (Fig. 51), com evidenciação de trecho retilíneo da contra muralha leste, na esquerda, e da ruína da muralha norte, ao centro da imagem, onde repousam três aves. Blocos maciços de pedra e argamassa em cal estão espalhados pelo solo e se misturam ao material desmoronado do terrapleno.

No canto direito da imagem, vê-se trecho do trilho do enrocamento já inutilizado, instalado sobre o lugar do antigo meio-baluarte e, ao fundo, captando dois momentos de ocupação da região do forte nos anos 1940, vemos acomodação de palha e madeira dos moradores locais e os alojamentos recém-construídos para os trabalhadores ligados aos projetos de ampliação do porto do Recife.

Fig. 51. Ruínas da muralha norte e da contra muralha leste na década de 1940.



Autor: Alexandre Berzin – Acervo Fundação Joaquim Nabuco – Ministério da Educação.

No entorno das ruínas do Forte do Buraco foram encontrados fragmentos de material construtivo, tijolos históricos, possivelmente oriundos do parapeito ou do sobrado superior da unidade de defesa, únicos setores onde foi empregado este tipo de material construtivo (Fig. 52). A prospecção da área foi dificultada pela alta incidência de material orgânico, como folhas secas, galhos e pedaços de tronco, além de árvores de médio e grande porte e insetos.

Fig. 52. Tijolos históricos no entorno do forte.



Autor: Rodrigo Oliveira, 2022.

Além das modificações e acréscimos na estrutura do forte, foram identificadas no seu entorno, mais precisamente na área próxima ao meio-baluarte sul, construções recentes independentes, desmembradas da estrutura, rodeadas por árvores de grande porte, material orgânico e lixo sobre o solo. São elas uma área retangular com divisórias com cerca de 1 metro de altura, evidenciada em tijolos e argamassa contemporânea (Fig. 53) e uma estrutura elevada com duas rampas paralelas em declive, espaçadas em alguns centímetros, indicando por finalidade, provavelmente, o recolhimento e lançamento de embarcações ao mar (Fig. 54).

Fig. 53. Estruturas recentes no entorno das ruínas do forte.



Autor: Rodrigo Nunes, 2020.

Fig. 54. Estrutura recente com elevação e rampas duplas no entorno das ruínas.



Autor: Eron Nunes.

De toda a estrutura original do séc. XVIII do Forte do Buraco, os setores que continuam edificados se restringem a cortina frontal (com ausência da parte imediatamente superior ao arco da entrada), o meio-baluarte norte e um trecho do meio-vértice norte, todos eles limitados pela ausência da parte imediatamente superior a altura do arco da entrada.

Na parte interna, restam erguidas, a Casa de Pólvora, a Casa da Artilharia, o Corpo de Guarda, a Cadeia, apesar de descaracterizadas e em suas paredes de entrada, a rampa norte e a base em tijolos da entrada de um dos alojamentos. Todo o resto da fortificação não se encontra mais erigido.

Outros trechos de evidências construtivas de baixa estatura podem existir na área, na forma de bases de tijolos, bases das muralhas externas ou pisos, mas que atualmente, se encontram ocultas sob o solo ou sob a densa vegetação, só podendo ser confirmada sua permanência física mediante evidenciação realizada por uma escavação arqueológica.

4. FATORES DE DEGRADAÇÃO DO FORTE DO BURACO E ASPECTOS DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL

Observando o acervo iconográfico da época referente ao Forte do Buraco e seu entorno, é possível constatar que a unidade de defesa não pertencia ao núcleo urbano do Recife nem ao de Olinda, apesar de ser a fortificação holandesa mais próxima da antiga sede da Capitania de Pernambuco. Já no séc. XVI o Forte do Buraco era referenciado como marco divisor do alcance das paróquias de Recife (São Frei Pedro Gonçalves) e Olinda (São Pedro Mártir)³⁷.

Esse hiato do alcance urbanístico pode ser justificado, em parte, pela configuração geográfica e ambiental do local. O istmo, faixa de terra que liga a península ao continente, foi moldado como uma barreira resultante do choque entre a foz do rio buscando saída para o mar, de um lado, e dos depósitos eólicos de areia e a força do mar aberto, do lado oposto, empurrando a saída do rio Beberibe para o sul e se firmando como um caminho estreito de ligação entre Olinda e o Recife.

Configura-se um ecossistema de restinga, caracterizada por planície de formação sedimentar arenosa costeira e vegetação de reposição lenta e baixa diversidade, em meio à influência marinha e, a oeste, deposição fluvial com vegetação e solo de manguezal³⁸.

Atualmente, a função de quebra-mar desempenhada pelo ancoradouro permite a configuração de enseada no lado leste das ruínas, com águas amenas e o acúmulo de resíduos orgânicos e lixo onde antes imperava a força das ondas (Fig. 55). O acúmulo de lixo é, aliás, o principal agente destruidor do ambiente natural hoje na região, tanto no lado leste como no oeste, haja vista, a presença de pequena fauna e aves de médio ou grande porte.

Fig. 55. Aspecto ambiental atual da margem leste do istmo, na altura onde estão as ruínas.



Autor: Rodrigo Oliveira, 2022.

³⁷ PEREIRA DA COSTA, F. A. **Anais Pernambucanos: 1591-1634. Vol. II.** Recife, Arquivo Público Estadual, 1952, p. 125.

³⁸ CAMPOS, Raíssa. **Restinga.** Disponível em: <http://www.zonacosteira.bio.ufba.br/vrestinga.html>.

A força das águas do mar e a estreita largura da terra daquele trecho não passaram despercebidas nas narrativas dos estrangeiros que por ali passaram. Já no séc. XVII, caracterizando a região do istmo, Barléu comenta:

*(...) De Olinda estende-se ao sul, entre o Rio Beberibe e o mar, um istmo estreito e arenoso, semelhante a uma costela ou linguazinha, com cerca de uma légua de comprimento. Como em outros lugares, a Providência Divina aqui o assentou como barreira contra o furor do mar*³⁹.

Dois séculos depois, em 1816, Henry Koster fez um relato semelhante ao descrever que “o mar rebenta com fúria” sobre a maior parte do banco de areia entre Olinda e a vila⁴⁰. Em 1824, a viajante inglesa Maria Graham confirma o caráter adverso do istmo para as estruturas edificadas, no caso, o Forte do Brum e o Forte do Buraco:

*A praia é defendida por duas fortalezas, bastante fortes quando se considera a posição: de um lado, uma ressaca furiosa quebrando em suas bases, de outro, um profundo estuário e um terreno pleno, de modo que não podem ser dominados*⁴¹.

Todavia, a escolha do local para a sua construção tinha justificativa, pois era naquele ponto que findava a linha dos arrecifes e estava a abertura natural para a entrada das embarcações buscando as águas tranquilas da costa protegida.

Os portugueses já haviam percebido a necessidade de defesa da região quando ergueram sobre o caminho de areia uma bateria, por volta de 1595, que fora degradada em pouco tempo⁴². Em outro exemplo da condição natural adversa para edificações na região, o Forte do Brum, também localizado sobre a faixa de areia, tivera sua planta alterada, passando a ter em seu lado leste, ao invés de dois baluartes, dois meios-baluartes, sendo retirada a angulação da murada, o que garantia uma melhor unidade estrutural para resistir aos danos do choque da estrutura com as ondas⁴³.

Em registro da década de 1910 (Fig. 56), vê-se o forte em ruínas e o alcance da proximidade das águas, somente restando para o seu acesso um estreito trecho de areia. Em síntese, a proximidade com o mar aberto deixava a região entre o Forte de São Jorge e Olinda vulnerável e pouco atrativo ao povoamento, além de demandar manutenções frequentes nas edificações ali presentes, a fim de mantê-las em bom estado.

³⁹ BARLÉU, Gaspar. **História do Brasil sob o governo de Maurício de Nassau (1636-1648)**. Recife: Cepe, 2018, p. 90.

⁴⁰ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife: Prefeitura Municipal do Recife/Secretaria de Educação e Cultura, 1978, p. 29.

⁴¹ GRAHAM, MARIA. 1990. Apud CABRAL, Renata Campello; PONTUAL, Virgínia. **Transformações do território e representações cartográficas: o Istmo de Olinda e Recife, Brasil**. In: SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 4., 2011, Porto. p. 10.

⁴² ALBUQUERQUE; LUCENA; WALMSLEY, op. cit., p. 67.

⁴³ ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia: O Forte do Brum. **Revista da Cultura**. Rio de Janeiro, n. 13, ano VII, p. 43-50, dez. 2007.

Fig. 56. Ruínas do forte na década de 1910, rodeado pelas águas do mar (direita) e do rio Beberibe (esq.).



Fonte: Recife de Antigamente – Facebook.

Entretanto, ainda que representasse uma dificuldade logística, a sua localização não deixou de ser reaproveitada pelos portugueses quando decidiram reconstruir a unidade de defesa, não mais como um reduto, mas como um forte. Como uma ressonância dos anos de incertezas, ameaças, invasões e retomadas de território no contexto do conflito internacional, o Forte do Buraco, que havia nascido como uma guarda avançada holandesa do forte Bruyne ou Brum, agora demonstrava a imponência e o poderio bélico para os possíveis inimigos que avistassem o istmo, refletindo a relevância dessa região como guardiã defensiva do Recife.

O istmo, de fato, fora uma região importante, sobretudo durante as tensões bélicas que acometeram Pernambuco, as quais tiveram o seu apogeu no séc. XVII, por ocasião da ocupação holandesa. Apesar da presença ativa do Forte do Buraco em apoio ou repressão às revoltas que eclodiram posteriormente em Pernambuco, a validade do caminho de areia como lugar de defesa foi cedendo espaço, a partir do séc. XIX, para a visão de um local estritamente de passagem, menos perigoso até do que no tempo das emboscadas e ataques luso-brasileiros e neerlandeses, apesar de ainda ermo e estreito, com poucas construções, além da Cruz do Patrão, coexistindo no estreito cinturão de terra (Fig. 57).

Para a sociedade do início do séc. XX, agora o porto assumia o lugar de relevância, era o motor econômico da cidade. Ao caminho de areia, antigo cinturão de proteção do Recife, restou o esquecimento, considerado, quando muito, apenas uma área de extensão do porto.

Fig. 57. Istmo no início do séc. XX com trilhos e a Cruz do Patrão. Ao fundo, os bairros do Recife e de Santo Amaro.



Autor: Benício Dias – Acervo Fundação Joaquim Nabuco – Ministério da Educação.

Evidencia-se um fator que promoveu o isolamento e a descaracterização do Forte do Buraco enquanto patrimônio e que contribuiu para a sua degradação: a expansão das instalações portuárias do Recife, movimento que vinha desde o séc. XVIII e atingiu seu apogeu no séc. XX.

Até a metade do século XVII, os limites territoriais do Recife estavam demarcados pelas três portas da vila: a Porta da Balsa, voltada para a Ilha de Santo Antônio, a Porta do Mar, voltada para o oceano e a Porta da Terra, voltada na direção de Olinda, localizada na extremidade da antiga Rua dos Judeus, atual Rua do Bom Jesus. A partir de 1683, com a construção da Igreja do Pilar, ao norte da Porta da Terra, a região entre a entrada norte do Recife e o Forte do Brum começa a receber sucessivos aterros que vão alargando o istmo e novas construções que atraem cada vez mais habitantes⁴⁴.

Como desdobramento desse momento expansionista, durante os séc. XVIII e XIX as instalações do antigo ancoradouro crescem em direção ao norte. Nas primeiras décadas do século XX, a região entre o Forte do Brum e o Forte do Buraco recebe aterros onde seriam instalados os primeiros galpões portuários que, ao longo das décadas seguintes, culminaria na separação física e visual do Forte do Buraco com o Recife. Podemos vislumbrar, em imagem da década de 1970, o recém-construído Parque da Tancagem entre os fortes de Brum e do Buraco, além de galpões em construção e outros já erguidos, ocupando a área aterrada da antiga Praia do Brum (Fig. 58).

No começo do século XX, uma das condicionantes sugeridas para o bom funcionamento do porto do Recife era a realização da obra do molhe de Olinda. O molhe é uma estrutura alongada feita em blocos de concreto ou em rocha que sai perpendicularmente da terra em direção às águas e cuja função pode ser tanto a de

⁴⁴ PEREIRA DA COSTA, F. A. *Anais Pernambucanos: 1591-1634. Vol. II*. Recife, Arquivo Público Estadual, 1952, p. 119.

proporcionar um local para a atracação de embarcações ou manter a boca de um estuário livre do assoreamento⁴⁵. A obra, iniciada em 1910, pretendia interromper o assoreamento do porto causado pela areia que, supunham, viria do istmo. Foi a primeira das seguidas alterações da paisagem pelas quais a região passou.

Fig. 58. Porto em expansão nos anos 1970. Em destaque, os fortes do Brum (branco) e do Buraco (amarelo).



Fonte: <https://www.portodorecife.pe.gov.br/historia.php>.

No entanto, além da permanência do assoreamento, pois se constatou que a areia que chegava até o porto era fruto da vazante e, portanto, trazida pelas águas do rio, a obra acabou por criar um afunilamento para a passagem das águas que alterou a movimentação marítima da região e causou o rompimento do istmo num trecho próximo ao Forte do Buraco, entre 1912 e 1915, isolando a ligação terrestre do forte com o Recife. Estando as ruínas na embocadura da divisa entre o rio e o mar, a edificação e seu entorno ficaram expostos ao assoreamento e a outros danos causados pelo encontro e pela passagem das águas.

Modificando a região pela segunda vez, foi então edificado um caminho de pedras para preencher o espaço aberto na faixa de areia, o “enrocamento de proteção do istmo de Olinda”, em 1917, reconectando os dois pontos e possibilitando a retomada da obra⁴⁶. Aproveitando uma ideia do séc. XIX de fazer a ligação do anteporto até a bacia do Beberibe por meio de um canal, um projeto de 1925 previa prolongar em comprimento e largura o cais do porto e construir um estaleiro de reparação naval com uma doca seca de até 300 metros de extensão na região rompida, acrescida de linhas férrea e posterior ação de loteamento da região⁴⁷.

⁴⁵ <https://www.dicionarioinformal.com.br/molhe/>.

⁴⁶ CABRAL, Renata Campello; PONTUAL, Virgínia. **Transformações do território e representações cartográficas: o Istmo de Olinda e Recife, Brasil**. In: SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 4., 2011, Porto. p. 12.

⁴⁷ Ibid.

Parte desse projeto foi colocada em prática em 1953 com o início das obras do 3º Distrito Naval, especificamente, um novo cais, o ancoradouro e o canal de ligação das águas do rio e do mar, canal este viabilizado com a retirada do enrocamento, provocando a terceira alteração paisagística da área e interrompendo definitivamente a ligação terrestre entre o Forte do Buraco e o Recife.

Em imagem da época (Fig. 59), o Forte do Buraco aparece ao centro, assentado no fim da porção de areia em área parcialmente alagada, com estrutura em formato de galpão montada no seu lado leste, provavelmente base de apoio para as obras da Marinha, no local onde antes estava edificada a muralha interna e os alojamentos do setor leste. O enrocamento ainda cobria a área partida do istmo, fazendo a ligação terrestre do forte com o porto, com o molhe saindo da terra e adentrando o oceano.

Sobre essa estrutura de ligação foi instalado uma via para o transporte ferroviário dos materiais e trabalhadores da obra do molhe, permanecendo ativa por cerca de 35 anos. Em registro do fim da década de 1930 (Fig. 60), vê-se a proximidade na qual os trilhos estavam das ruínas do Forte do Buraco, tendo de um lado os blocos soltos da fortificação e, do outro, a própria estrutura histórica edificada, também indicando que o desmoronamento dessa área do forte é anterior ao ano de 1917, ano de construção do enrocamento com os trilhos. A instalação dessa via pode ser classificada, portanto, como um elemento danoso ao patrimônio edificado. Pessoas transitam sobre os trilhos, improvisando o caminho possível para o porto e o bairro do Recife depois do rompimento do caminho natural de areia.

Fig. 59. Forte do Buraco com enrocamento nos anos 1940. No canto superior, o istmo e o molhe de Olinda.



Fonte: Acervo Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fig. 60. Trilhos instalados entre as estruturas remanescentes do Forte do Buraco.



Autor: Alexandre Berzin – Acervo Fundação Joaquim Nabuco – Ministério da Educação.

A expansão do porto e dos territórios da cidade coincidiu com o início da decadência do Forte do Buraco como estrutura de defesa. Através das páginas do *Diário de Pernambuco*, jornal sediado em Recife e em circulação desde 1825, é possível traçar um panorama mais nítido sobre esse momento. Nas citações ao Forte do Buraco presentes nas edições do jornal, em meio aos informes militares cotidianos sobre realocação de quadros ou solicitações e posterior prestação de contas de pequenos reparos na fortificação, observa-se que, ao longo do séc. XIX, especialmente a partir da segunda metade, o forte estava sendo subaproveitado.

A precariedade do estado de conservação do forte era frequentemente mencionada em publicações no jornal, durante o séc. XIX, para as quais as respostas oficiais demonstravam, ao menos na redação dos textos, a dificuldade na disponibilidade

de recursos, quase sempre as autoridades locais necessitando recorrer ao auxílio imperial para a realização das obras.

Já em 1848, em ofício endereçado ao administrador de obras públicas, publicado no Diário de Pernambuco, o governo da província solicita a urgente reforma do Forte do Buraco por estar ele “*com o parapeito, em parte, por terra e com o portão completamente arruinado*”⁴⁸. Em 1865, uma nota alertava para o perigo de o Forte do Buraco continuar sendo usado como depósito de pólvora. Contava o forte então, segundo relato, com mais de 2200 barris de pólvora pertencentes a particulares⁴⁹. Frequentes solicitações de reparos continuaram sendo publicados no jornal na década seguinte.

A partir da década de 1880 temos indícios da perda de importância do forte e de seu consequente esvaziamento militar. Em 1886 uma nota anuncia a venda de objetos bélicos estragados depositados no forte⁵⁰. Três anos depois, em 1889, publicação informa que a tropa que guarnecia a fortificação teria seu número reduzido para 1 cabo de esquadra e 3 praças⁵¹. Essa sucessão de acontecimentos parecia deixar clara a intenção de abandono do Forte do Buraco, imagem reforçada pela ausência de novos pedidos de material e orçamentos para a sua manutenção e pela desmobilização militar gradual, retirando o forte da relação de estruturas ativas na defesa do Recife.

Finalmente, em 1893, logo após a transição da monarquia para a República, o Forte do Buraco tem oficialmente a ordem do desmonte da estrutura militar, marcando oficialmente o último momento de guarnição presente nesta fortificação. Em nota publicada no Diário de Pernambuco em 24/01/1893, é informado que o cargo de ajudante do Forte do Buraco iria ser extinto, pelo fato de estar o mesmo em ruínas e que a artilharia do forte seria desmontada⁵².

Pela proximidade das duas edificações militares, os Fortes do Brum e do Buraco poderiam aqui ser comparados a fim de entender os diferentes destinos que ambos lograram. Apesar de igualmente impactado pelas obras do porto, o Forte do Brum dispunha de maiores dimensões e poderio bélico, além de estar geograficamente mais próximo ao desenho urbano moderno do Recife, inclusive com um terminal ferroviário

⁴⁸Diário de Pernambuco, 08/05/1848. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_02&pesq=%22forte%20do%20buraco%22&pasta=ano%201848\vedicao%2000103&pagfis=10344

⁴⁹Diário de Pernambuco, 18/02/1865. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_04&pesq=%22forte%20do%20buraco%22&pasta=ano%201865\vedicao%2000040&pagfis=13060.

⁵⁰Diário de Pernambuco, 30/04/1886. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_06&pesq=%22forte%20do%20buraco%22&pagfis=15193

⁵¹Diário de Pernambuco, 22/05/1889. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_06&pesq=%22forte%20do%20buraco%22&pagfis=22506.

⁵²Diário de Pernambuco, 24/01/1893. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_07&pesq=%22forte%20do%20buraco%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=7288

localizado a poucos metros de sua entrada, a Estação do Brum, de onde, entre 1881 e 1934, partiram trens para cidades da zona da mata pernambucana. Por sua vez, no início do séc. XX, o Forte do Buraco permanecia afastado da urbe, pairando na estreita faixa de areia e em contato com as águas do rio e do mar, tal como no séc. XVII.

Apesar de ambas as edificações terem sido tombadas pelo SPHAN em 1938, não é difícil supor que as autoridades governamentais e militares tenham categorizado como desnecessária e dispendiosa uma restauração completa do Forte do Buraco, estando o Brum em melhor estado de conservação pelos reparos frequentes recebidos no fim do séc. XIX (1886, 1889, 1908 e 1909). Além do mais, em tempos de relativa tranquilidade, não seria manter ativas duas fortificações distantes pouco mais de 1200 metros uma da outra, com corpo de guarda, arsenal bélico e constantes manutenções.

O Forte do Brum foi guarnecido militarmente por tropa interestadual em 1915, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Após breve período de abandono nos anos 1930, quando chegou a servir de moradia aos familiares de soldados, teve retomada sua função militar, servindo como posto de alistamento e depósito da 7ª região militar, além de ter recebido restauração em 1985, sob a orientação técnica do IPHAN e uma pesquisa arqueológica realizada pela UFPE, sendo logo depois aberto à visitação pública e, atualmente, estar administrado pelo Exército brasileiro⁵³.

Desde a decisão do governo federal em 1893, não foram identificados registros da presença de forças militares nem tropas governamentais atuando na ocupação ou vigilância do Forte do Buraco, exceto pelo destacamento de um capitão reformado que cumpria a função de zelador, depois substituído pela função de “encarregado”, lá permanecendo até 1898, o que nos leva a crer que, provavelmente, a partir desse período, a edificação foi vítima de saques e depredação. Finalmente, pelo aviso 1.081 de 08 de maio de 1907, a estrutura foi desclassificada, deixando de ser considerada uma fortificação⁵⁴.

A permanência do estado de abandono culminou com a sua ocupação para uso habitacional nas primeiras décadas do séc. XX, tendo moradores se instalado dentro das próprias estruturas históricas ou construído moradias nas áreas do entorno. Mesmo já sendo um bem tombado, não parece ter havido nenhuma resistência ou ação dos governos municipal, estadual ou federal para isolar ou desocupar a região.

Matéria de 1938 do Diário de Pernambuco sobre o Forte do Buraco narra, a partir de informações fornecidas por pescadores e marisqueiros que habitavam o local, a prática recorrente de escavações amadoras “de dois ou três metros de profundidade” nas áreas junto ao forte, por partes de curiosos, que buscavam tesouros em “botijas” dos tempos passados, inclusive, com predileção pela busca na área da antiga capela⁵⁵. Essa

⁵³ ALBUQUERQUE; LUCENA; WALMSLEY, op. cit., p. 75.

⁵⁴ CASTRO, 2016, op. cit., p. 181.

⁵⁵ “Entre os paredões da velha fortaleza do Buraco” – Diário de Pernambuco, 21/01/1938. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&Pesq=%22fortaleza%20do%20buraco%22&pagfis=27620.

prática de procurar tesouros, tão comum nos tempos iniciais da Arqueologia, pode ter afetado a cronologia de possíveis vestígios arqueológicos ali depositados.

Em fotografia da década de 1940 (Fig. 61), moradores ocupam a área da antiga Casa de Pólvora, com animais de estimação e utensílio de pesca, no trecho junto à rampa de acesso ao piso superior. É aparente a degradação do piso da rampa e presença de alguma vegetação arbustiva na mesma.

Fig. 61. Estrutura da Casa de Pólvora servindo de moradia nos anos 1940.

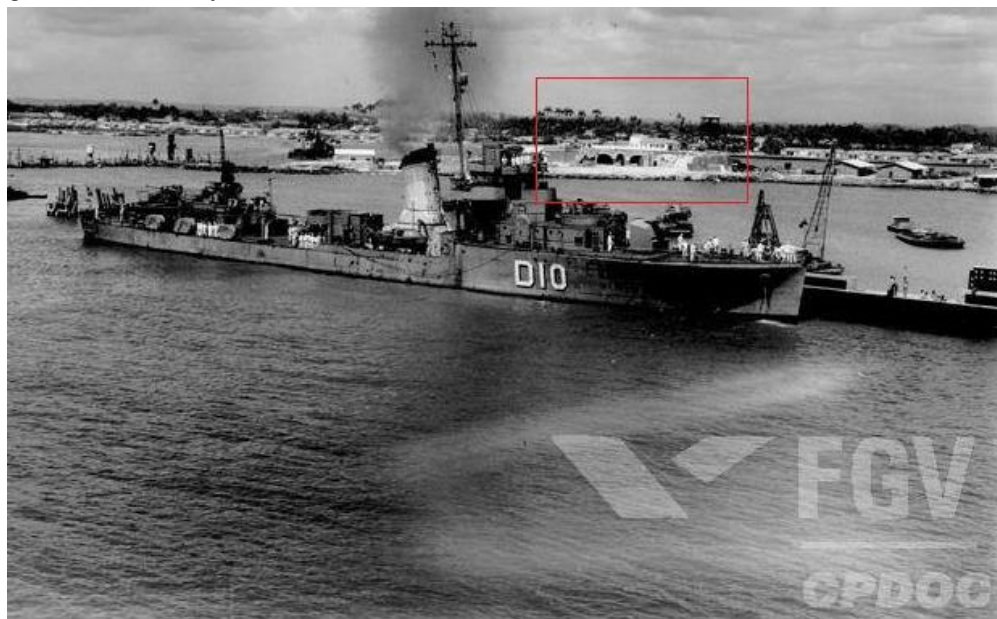


Autor: Alexandre Berzin – Acervo Fundação Joaquim Nabuco – Ministério da Educação.

Com a restrição do acesso ao bairro do Recife para a construção do Parque de Tancagem e do complexo portuário, no começo da década de 1950, a região ao redor do Forte do Buraco virou um canteiro de obras e os moradores foram expulsos.

Em registro de 1955 é possível notar o Forte do Buraco cercado por alojamentos da obra, com a presença de embarcações, máquinas e operários realizando a construção do dique seco (Fig. 62). Nota-se um aterramento recente na área onde estava a muralha interna leste e a praça de armas, revelando a Casa de Artilharia e o Corpo de Guarda do forte e indicando que este setor foi posto abaixo durante a obra.

Fig. 62. Obras de construção do ancoradouro em 1955. Ruínas do forte destacadas em vermelho.



Fonte: Acervo Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Imagens captadas em 1953, durante as etapas iniciais da demolição, nos ajudam a elaborar uma ideia mais aproximada sobre os reais danos causados pela Marinha do Brasil ao forte. Uma delas (Fig. 63) mostra trabalhadores espalhados no topo das muralhas, atuando no desmonte da muralha leste e do sobrado superior, momento em que ressurgem os arcos do lado interno do bloco construtivo de entrada do forte.

Fig. 63. Demolição da muralha leste em 1953.



Autor: Alcêdo – Acervo Biblioteca da 5ª Superintendência/ IPHAN/PE.

Em outro momento, numa tomada da fachada norte do forte, estão reunidos cerca de quinze trabalhadores sobre o meio-vértice, trabalhando na derrubada do parapeito da fortificação (Fig. 64). O meio-vértice seria demolido quase em toda a sua totalidade, restando dele somente o começo da sua angulação. Uma vegetação rasteira domina a área externa do lado norte da estrutura.

Fig. 64. Homens sobre o meio-vértice norte demolindo o parapeito do Forte do Buraco em 1953.



Autor: Alcêdo – Acervo Biblioteca da 5ª Superintendência/ IPHAN/PE.

Por fim, dois momentos da demolição do setor oeste. Homens demolem o parapeito frontal, logo acima do arco de entrada do forte, na área onde existira o sobrado (Fig. 65). As cúpulas das colunas da entrada já haviam sido derrubadas.

Em trecho próximo, flagrante da área interna do meio-baluarte sul sendo demolida, sendo ainda visível, na parte inferior da imagem, o traçado da base do meio-baluarte, em meio ao amontoado de blocos rochosos caídos (Fig. 66). Esses restos construtivos sobre o solo, dinamitados ou desprendidos sob picaretas, possivelmente misturaram-se, ao longo do tempo, com vestígios descartados ou desmoronados ao longo dos séculos XVIII e XIX e começo do XX e com resíduos orgânicos, o que seria mais um elemento a considerar na realização de uma escavação.

Fig. 65. Demolição do parapeito da cortina frontal em 1953.



Autor: Alcêdo – Acervo Biblioteca da 5ª Superintendência/ IPHAN/PE.

Fig. 66. Homens desmontam o flanco do meio-baluarte sul do Forte do Buraco em 1953.



Autor: Alcêdo – Acervo Biblioteca da 5ª Superintendência/ IPHAN/PE.

Se o molhe concentrou o fluxo e a intensidade da maré sobre a região próxima ao forte, causando danos à estrutura edificada, a construção do ancoradouro, nos anos 1950, arrefeceu a força das águas, o que, juntamente com o regime de ventos, pode explicar o fim da erosão do entorno e o início de crescimento de uma vegetação de pequeno-médio porte ao redor da estrutura edificada.

A vegetação encontrou condições de tal maneira propícias para seu desenvolvimento que o volume acumulado da deposição de material orgânico,

juntamente com a areia trazida pelos ventos, provocou o aumento substancial do nível do solo ao redor da fortificação em cerca de 1,7 metro.

Da parte oeste, a principal ausência notada antes e depois dos anos 1950 é o trecho superior do forte, entre o arco de entrada e a Casa do Comandante, conforme comparativo entre registros de 1932 e 1988, compreendendo um intervalo de 56 anos, na impossibilidade de realização de uma tomada panorâmica atual de longa distância que permita a visualização total da estrutura remanescente do forte, pela presença de vegetação de grande porte.

Na imagem de 1932 (Fig. 67) vemos a parte frontal da estrutura, com cortina e meio-baluarte norte em bom estado de conservação; sobrado e meio-baluarte sul, estes, em ruínas. Em tomada geral de 1988 (Fig. 68), de ângulo semelhante ao registro dos anos 1930, estão ausentes o sobrado, o parapeito de alvenaria e as ruínas do meio-baluarte sul; a altura remanescente da cortina limitava-se ao nível do arco de entrada. O meio-baluarte norte resistia edificado, mas sem alguns elementos como a guarita, estando coberto por vegetação de pequeno porte, assim como todo o restante da estrutura.

Para efeito de comparação, ainda que exista um intervalo de tempo entre os registros e a ação da Marinha, concluímos que toda a parte superior da estrutura ruiu até a altura do arco de entrada, no ponto onde, na fotografia de 1932, havia uma faixa de coloração branca que percorrendo toda a extensão frontal da unidade, entre o arco de entrada e o parapeito de alvenaria.

Fig. 67. Panorama frontal das ruínas do Forte do Buraco em 1932.



Fonte: Acervo Fundação Joaquim Nabuco – Ministério da Educação.

Fig. 68. Vista frontal das ruínas em 1988, com arco de entrada, cortina e meio-baluarte (esquerda).



Fonte: Diário de Pernambuco, 11/12/1988 - Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional.

Sobre a dinâmica geral do avanço do arruinamento desde o séc. XVIII, fazendo a ligação entre a cronologia iconográfica e os fatos históricos, podemos elencar em períodos distintos o crescimento da degradação sobre a estrutura. As fundações do lado do mar receberam um muro de proteção já em 1727 e, depois, mais reparos em 1734, por estarem arruinadas⁵⁶.

Em 1763, época de feitura da planta, o forte estava sem seus dois meios-baluartes do lado leste, o lado do mar. Na documentação consultada não foi encontrada menção sobre o reerguimento dos mesmos. Há, inclusive, a hipótese de que a arquitetura do Forte do Buraco tenha sido modificada nessa época, construindo-se, ao invés de novos meios-baluartes, uma muralha retilínea, como a existente no lado leste do Forte do Brum, tornando-a capaz de responder com mais propriedade aos ataques marítimos, uma vez que esse tipo de desenho abaluartado com flancos restringe o número de canhões, sendo mais recomendado para defesa de ataques terrestres, sendo questionada a sua utilidade em setores da fortificação voltados para o mar⁵⁷.

No entanto, uma nota de 1870, publicada no Diário de Pernambuco, respondendo a uma solicitação de reforma do forte, menciona a liberação de verba do governo imperial para realização de reparos na capela e em três guaritas do Forte do Buraco, dando a entender, como cada meio-baluarte continha uma guarita, que havia pelo menos mais um meio-baluarte edificado, além dos dois localizados no lado oeste⁵⁸.

⁵⁶ CASTRO, 2015, op. cit., p. 176.

⁵⁷ CASTRO, 2015, op. cit., p. 39.

⁵⁸ Diário de Pernambuco, 11/03/1870. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_05&pesq=%22forte%20do%20buraco%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=449.

Os primeiros registros fotográficos do Forte do Buraco datam de 1912, segundo levantamento do autor. Nas imagens dessa época, nota-se que, do lado norte da estrutura, a deterioração atingira a área do meio-vértice. Igualmente avariado, no lado sul o arruinamento atingiu sua muralha externa, até a altura do meio-baluarte oeste, bem como os alojamentos internos desse trecho. Do setor voltado para o oceano, permaneceu edificada apenas a muralha interna leste do forte, porém isolada, sem conexão com o restante da construção.

Portanto, com os setores cronologicamente mapeados, as imagens mostram que, em 1912 já não havia no local a presença da muralha externa leste e, até 1916, já estava arruinada a muralha sul. Nesse mesmo ano de 1916, o forte não contava com a face de seu meio-baluarte sul, voltado para o rio Beberibe, nem com o telhado, janelas e parede frontal da Casa do Comandante. Na década de 1920 as acomodações internas do setor sul haviam sucumbido, com exceção de alguns trechos de paredes frontais.

Nas décadas de 1930 e 1940, estava desmoronado o parapeito onde estavam as canhoneiras, bem como as duas guaritas dos meios-baluartes do lado oeste, a muralha interna do lado leste e o ângulo flanqueado que restava do meio-baluarte sul. A partir dos anos 1950, ruíram os remanescentes do sobrado, as duas cúpulas das colunas de entrada, parte da cortina frontal e o meio-vértice norte.

Sobre a deterioração dos alojamentos internos, percebe-se que na década de 1940 ainda existiam remanescentes no setor sul. Do setor leste, é provável supor sua permanência de ruínas até pelo menos 1938. Das acomodações do setor norte, matéria do Diário de Pernambuco dos anos 1930 cita a capela do forte e reproduz imagens de sua porta ainda presente no local original e de trecho do pátio interno⁵⁹. Ambas as imagens, infelizmente, são de baixa resolução de impressão, de modo que não acrescentam informação ao trabalho, restando desse exemplo apenas o conhecimento cronológico de saber-se a área destinada ao culto ainda edificado em 1938.

Portanto, embora esse setor careça de um número maior de imagens históricas que permitam um acompanhamento cronológico mais preciso sobre seu arruinamento, pode-se afirmar que ainda havia reminiscências construtivos das acomodações internas do forte até a década de 1940.

Nas décadas de 1940 e 1950, a deterioração avançou sobre essa área nos setores leste, sul e norte, bem como sobre o meio-vértice norte e o que restava do setor sul. Foram poupados os alojamentos do setor oeste: a Cadeia, Casa de Artilharia, Corpo de Guarda e Casa de Pólvora que, apesar da descaracterização frontal, conservaram íntegros seus interiores, formando, junto com a cortina frontal e o meio-baluarte norte, o bloco que permanece edificado até o presente momento.

⁵⁹“Entre os paredões da velha fortaleza do Buraco” – Diário de Pernambuco, 21/01/1938. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&Pesq=%22fortaleza%20do%20buraco%22&pagfis=27620.

Fazendo a ligação com o início da demolição das ruínas pela Marinha nos anos 1950, corrobora-se a suspeita de quais áreas do forte teriam sofrido o impacto direto das demolições realizadas pela instituição militar, sendo os trechos mais suscetíveis aos danos, com seus respectivos setores internos: a muralha leste, o meio-vértice norte, as ruínas remanescentes do piso superior e o setor sul do forte, na altura da rampa e da cadeia, onde inclusive estão edificados vestígios de estruturas contemporâneas reveladas no capítulo anterior, possivelmente construídas pelos militares nessa mesma época.

Como esses setores não se encontram mais edificados e a área ainda não recebeu uma prospecção arqueológica aprofundada, além de estar coberta por vegetação de grande porte, não poderíamos estabelecer a delimitação precisa de seu arruinamento. Todavia, o relato de um diretor do IPHAN na época inicial da demolição fornece dados mais precisos sobre os setores atingidos pela ação da instituição militar.

O relatório de Ayrton de Carvalho, datado de 12 de abril de 1953, sobre o estado das ruínas antes da demolição, confirma as suposições levantadas neste capítulo sobre os trechos demolidos pela Marinha. Segundo Ayrton:

“O nobre pórtico de acesso, em arco pleno, todo em cantaria trabalhada; o seu transito abobadado e lajeado, o corpo da guarda, a casa do trem de artilharia, a cadeia e o lugar onde fora a casa de pólvora, todas essas peças cobertas com imensas abóbadas de alvenaria, e mais os dois meios-baluartes que compunham a face oeste da fortificação, voltada para a terra, encontravam-se perfeitamente estáveis. Sobre as abóbadas desta face oeste, onde existia um segundo pavimento, estavam de pé, em alvenaria de tijolo, estragados e sem cobertura, o arcabouço externo e as paredes divisórias da casa de comando. Toda a ala norte, com o seu ângulo saliente, muralhas externa e interna, terrapleno e rampa de acesso, revestidos a rampa e o terrapleno de lajeados, estavam conservados. Os quartéis, a Casa do Cabo e a Capela, que circundavam a Praça d’Armas, tinham as paredes em pé e não tinham mais piso. Toda a praça estava definida, pois, e permanecia de pé a muralha interna que continha o terrapleno. Somente havia ruído até agora as muralhas externas das alas leste e sul⁶⁰. (...)”

E comentando sobre os trechos atingidos pela primeira etapa da demolição, continua:

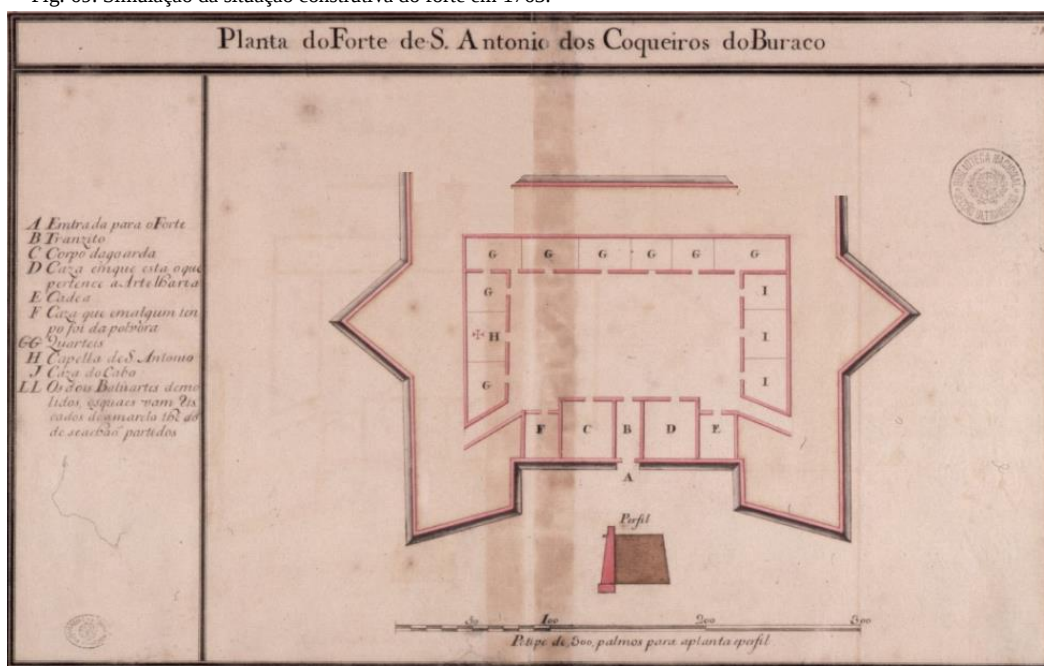
(...) A recente demolição destruiu as construções elevadas da ala oeste, todos os quartéis da Praça d’Armas, inclusive a Capela, as casas dos cabos, a muralha interna que o definia, o meio-baluarte do lado sul, o parapeito das muralhas até a

⁶⁰ IPHAN. Ofício 64/53. IN: RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. **Parecer denegatório ao pedido de tombamento dos remanescentes da Fortaleza de Santo Antônio do Buraco**. Arquivo Geral da 5ª Superintendência Regional/PE. 1997, p. 5.

*altura do cordão, o frontão e o arco do pórtico e as taças das guaritas remanescentes*⁶¹. (...)

A título de oferecer uma noção mais clara acerca das informações explanadas no texto sobre a cronologia e o alcance da degradação, e em consonância com as consultas iconográficas, escritas e a visualização *in loco*, ilustram-se abaixo duas simulações com a situação aproximada de preservação do Forte do Buraco em três momentos específicos, tendo como base imagética a planta do séc. XVIII: em 1763 (Fig. 69), em 1920 (Fig. 70) e em 2022 (Fig. 71).

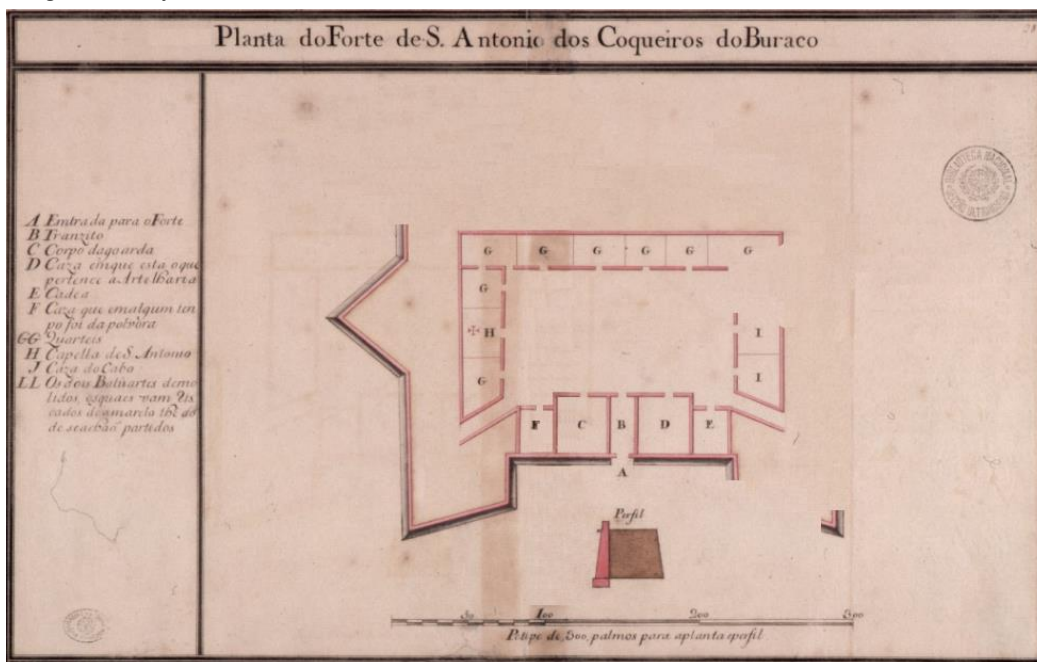
Fig. 69. Simulação da situação construtiva do forte em 1763.



Autor: Rodrigo Oliveira (a partir da planta da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do AHU).

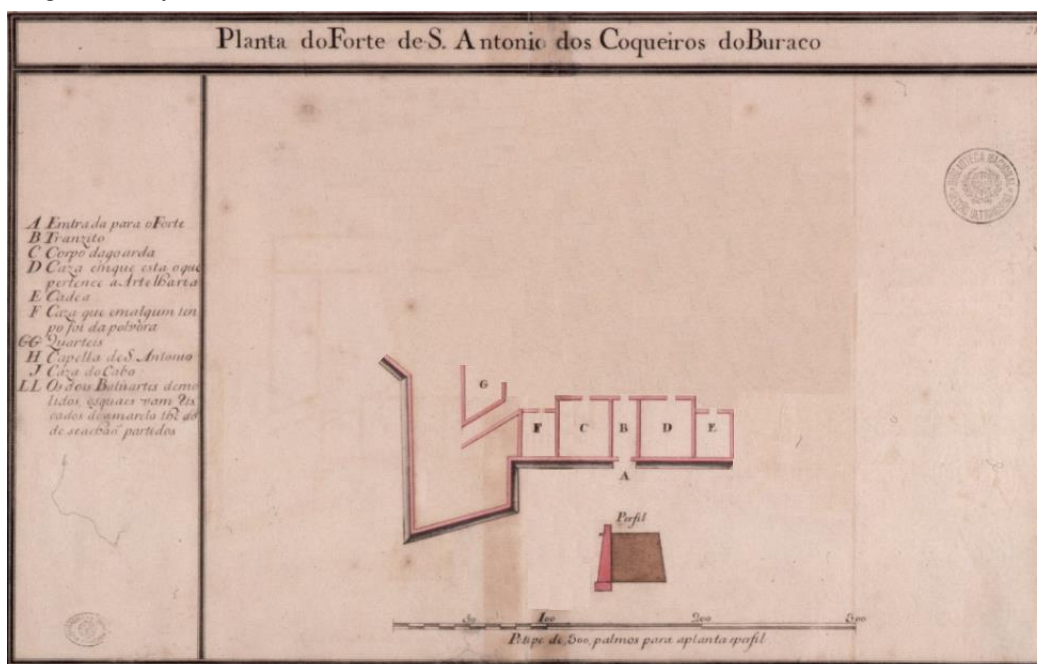
⁶¹ Ibid., p. 5-6.

Fig. 70. Simulação dos remanescentes edificados do forte em 1920.



Autor: Rodrigo Oliveira (a partir da planta da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do AHU).

Fig. 71. Simulação dos remanescentes edificados do forte em 2022.



Autor: Rodrigo Oliveira (a partir da planta da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do AHU).

Percebe-se que a degradação estrutural que havia atingido inicialmente as duas extremidades do lado leste, em 1920 atingia também o flanco sul do forte, onde estavam o meio-baluarte e o meio-vértice, estendendo-se naquele momento para alguns dos alojamentos da parte sul. O extremo oposto desses setores, a saber, o meio-baluarte e trecho do meio-vértice do lado norte, parte mais afastada da força dos oceanos, são as

áreas das ruínas que se encontravam em melhor estado de conservação, ainda hoje edificadas. Essa mesma época, a segunda década do séc. XX, foi o período em que a região recebeu a obra do molhe de Olinda e, em seguida, a do enrocamento.

Os acontecimentos indicam que a construção do molhe representou um elemento potencializador de danos ao bem arqueológico, na medida em que contribuiu para o desequilíbrio ambiental da região, assoreando-a e permitindo um frequente alagamento da área ao redor do forte, o que pode ter desestabilizado as suas fundações, além de representar um risco aos vestígios arqueológicos já localizados no solo. Por fim, permitiu o contato direto das águas com a estrutura, num cenário onde o bem se encontrava estruturalmente precarizado, pois já vinha desocupado e sem manutenção há pelo menos 20 anos antes do rompimento do istmo.

Conclui-se, por consequência, que há uma relação entre o agravamento da degradação e as alterações do movimento das marés resultantes das ações para ampliação da atividade portuária. Em outras palavras, a ação humana agravou a condição natural e acelerou o arruinamento do forte.

Nas décadas seguintes à intervenção da Marinha, a área permaneceu esquecida sem novas degradações aparentes. Nos anos 1970 e 1980, as ruínas só recebiam destaque nas discussões políticas quando a região do istmo era alvo de algum projeto federal de grande porte que, porventura, fosse indesejado pelos governos locais ou por entidades da sociedade civil, como a ampliação do porto ou a construção de estradas e pontes sobre o istmo⁶².

Nesse momento, em notícias e comunicados, os governos de Recife e Olinda e outros políticos do estado resistiam aos assédios justificando, entre outras coisas, a importância ambiental e histórica da área e prometendo futuros projetos de requalificação da área, com ações mitigadoras de melhoramentos e urbanização para atração turística e a própria restauração do forte, como na ocasião da recusa a instalação do Parque de Inflamáveis na região⁶³. Todavia, nem os projetos nem as contrapartidas preservacionistas se concretizaram e a região continuou abandonada, ocupada apenas por pescadores e eventuais curiosos.

Em tomada aérea dos anos 1990, é possível observar os reminiscências do forte com a presença de poucas árvores no seu entorno (Fig. 72). Fica nítida na imagem a diferença do movimento da maré, com a formação de ondas na área à direita do molhe em contraposição à calmaria das águas na região protegida pelo ancoradouro.

Em momento atual (Fig. 73), nota-se o quanto a cobertura vegetal tomou os arredores da região, encobrindo totalmente os remanescentes construtivos, outrora

⁶² “Arquitetos criticam plano de expansão do porto” – Diário de Pernambuco, 15/05/1976. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=%22forte%20do%20buraco%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=84526.

⁶³ “Crítica à mudança do parque de inflamáveis” - Diário de Pernambuco, 09/04/1978. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=%22forte%20do%20buraco%22&pagfis=115694.

aparentes, de modo que não é mais possível vislumbrar as ruínas por navegação, caminhadas ou mesmo por via aérea, principalmente nos meses chuvosos do ano. A vegetação atua de forma agressiva sobre as ruínas, sendo até arriscada a sua remoção em alguns pontos as ruínas pelo risco de comprometer a sua estruturação.

Fig. 72. Tomada aérea da região do istmo no ano de 1996. Ruínas indicadas na seta amarela.



Autor: Tercio Solano Lopes. Fonte: Recife de Antigamente – Facebook.

Fig. 73. Imagem do canal do istmo e ruínas do Forte do Buraco, coberto pela vegetação, em 2020.



Fonte: Bairro do Recife, uma ilha por acidente – Blog Recife Antigo.

Na atualidade, as ruínas históricas continuam abandonadas. Projetos urbanísticos foram recentemente divulgados para promover a revitalização do local com foco no lazer e turismo histórico, mas nada se concretizou até o momento⁶⁴.

Para o entendimento espacial da atualidade dos remanescentes construtivos em relação à visibilidade inicial (a partir do solo) e ao limite remanescente em altura, a título ilustrativo, foram traçadas, sobre a imagem da entrada do forte nos anos 1940, duas linhas coloridas que seguem do sentido norte ao sul das ruínas, até o ponto aproximado onde a estrutura se mantém edificada (Fig. 74). A linha amarela representa o nível em que o solo se encontra atualmente. A simulação permite a formulação aproximada do nível de profundidade que uma possível escavação arqueológica poderia chegar para buscar as informações necessárias ao intento de uma pesquisa.

A linha vermelha representa o limite aéreo do que resta edificado do forte, a partir do solo. O que nos leva a concluir que, embora grande parte dos blocos construtivos desmoronados tenha sido utilizados na ampliação do porto do Recife, alguma quantidade desse material construtivo arruinado pode estar sob esse solo, mais uma informação importante para quem for trabalhar o entorno do sítio.

Fig. 74. Simulação de traçado dos atuais limites de visualização das ruínas sobre imagem dos anos 1930.



Autor: simulação de Rodrigo Oliveira sobre imagem da Biblioteca do IBGE.

⁶⁴ “Projeto prevê destino turístico para o Forte do Buraco” – Folha de Pernambuco, 07/10/2016.

6. LEGISLAÇÃO E RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS NA PROTEÇÃO DAS RUÍNAS DO FORTE DO BURACO

De 1504 até 1943 foram edificadas cerca de 1300 unidades de defesa no Brasil, existindo, atualmente, cerca de 140 delas e, dessas, apenas 66 protegidas em algum nível como bem patrimonial⁶⁵.

Na época de sua primeira ação de demolição, em 1953, as ruínas do Forte do Buraco já se encontravam protegidas como patrimônio há pelo menos quinze anos. Apesar disso, em ofício, o então Ministro da Marinha, Renato de Almeida Guillobel, justifica a ação em prol da continuidade das obras do novo cais por estar o forte “*em terrenos pertencentes à Marinha*” e ser uma “*ruína sem maior significação histórica*”. Em 1953 o Forte do Buraco começou a ser demolido, apesar de ser tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) desde 1938. A demolição foi interrompida um mês após seu início e o Ministro da Marinha, em sua defesa, alegou desconhecer a proteção legal da fortificação⁶⁶.

Ainda que considerando o desconhecimento alegado por parte do ministro, embora um erro grave em vista do cargo ocupado e das responsabilidades adquiridas, estava evidenciada a falta de conhecimento e de comunicação, numa decisão militar arbitrária que não poderia ter sido tomada sem a devida consulta aos outros poderes implicados, o Poder Executivo e a instituição de proteção ao patrimônio. E, não havendo a permissão, configurou-se um crime de lesão ao patrimônio público.

De todo modo, a retomada da demolição após o cancelamento do tombamento pelo então presidente da República, Café Filho, em 1955, revelou o desprestígio que era dispensado ao bem arqueológico, anulado pelos jogos de poder, interesse e influência que, infelizmente, ainda permeiam a estrutura política e social do país.

Após o cancelamento da proteção em 1955, as ruínas existiram à margem de uma legislação nacional protetora do patrimônio por mais de quarenta anos. Em 1985, por iniciativa da Comissão de Moral e Civismo de Pernambuco, vinculado a Secretaria de Educação de Pernambuco, um pedido de tombamento do Forte do Buraco foi enviado ao Ministério da Cultura. No ano seguinte, acatado o pedido pelo ministério, o IPHAN iniciou a medida cautelar para o processo de tombamento.

A partir desse momento, tem-se o começo de um lento itinerário burocrático que somente iria acabar 31 anos depois. Aprovado o pedido em 1986, somente em 1990 o órgão voltou a se manifestar favorável ao ato, após ser inquirido sobre a existência de interesse em dar prosseguimento ao processo. Foi então recomendado que o novo

⁶⁵ CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Fortificação. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

⁶⁶ CABRAL; PONTUAL, 2011, p. 7.

pedido de tombamento compusesse um novo processo, não mais como tombamento do Forte do Buraco (processo nº 101-T-38), mas das suas ruínas remanescentes. Essa decisão foi confirmada em 1994, quando foi solicitada a documentação necessária ao prosseguimento do processo e uma nova avaliação do valor do bem, tendo em vista suas descaracterizações. Finalmente, em 1995 foi aberto o processo sob o número 1351-T-95. Somente no fim dos anos 1990 o tema voltou a ser discutido, mas não foi acatado o pedido de proteção legal pela falta de consenso sobre o reconhecimento do valor histórico das ruínas.

O processo com o pedido de tombamento seria arquivado, mas foi adiado a pedido de um dos conselheiros, tendo sua relatoria transferida para outro membro, que daria seu parecer em uma nova discussão posterior, conforme declaração de Raul Henry, então secretário de Cultura do Recife e membro do Conselho do IPHAN⁶⁷. Segundo ele, apesar da superintendência regional se mostrar favorável ao tombamento, houve resistência do setor nacional do IPHAN em reconhecer as ruínas do Forte do Buraco como um patrimônio nacional legítimo, apto para ser tombado.

Outro ponto que influenciou o posicionamento negativo sobre a iniciativa de tomar as ruínas, segundo o mesmo secretário, teria sido a desmoralização resultante de tal ato, pois o bem havia sido destombado em 1955. Seria, portanto, um reconhecimento do erro do passado que poderia afetar a credibilidade da instituição.

O parecer citado pelo secretário é de autoria do engenheiro e historiador Marcus Tadeu Daniel Ribeiro. Intitulado *‘Parecer denegatório ao pedido de tombamento dos remanescentes da Fortaleza de Santo Antônio do Buraco’*, de 04 de setembro de 1997, foi endereçado à chefia de divisão do Departamento de Proteção do IPHAN, e expõe as razões, segundo as quais, os remanescentes construtivos do forte não deveriam ser tombados⁶⁸.

De acordo com Ribeiro, aceitar o tombamento dos remanescentes construtivos do Forte do Buraco significaria julgar irrelevante a demolição sofrida, além de um ato desrespeitoso aos que se opuseram ao ocorrido nos anos 1950. Por fim, resultaria numa incoerência institucional legitimar a destruição que o bem sofreu à revelia do IPHAN, quando o próprio órgão propôs alternativas para manter a obra e proteger as ruínas.

O parecer afirma ainda que o conjunto construtivo remanescente, além de não possuir significado arquitetônico, seria uma *“nesga edificada”* do que um dia fora a fortificação, um *“escombros”*, fruto de uma ação intencional do Estado brasileiro [demolição para construção da base naval], e não uma *ruína*, termo aplicável às mutilações oriundas da ação do tempo ou de algum fato histórico, condição fundamental para receber o status de tombamento.

⁶⁷ “Forte do Buraco é redescoberto” – Jornal do Comércio, 20/05/2000.

⁶⁸ IPHAN. *Parecer denegatório ao pedido de tombamento dos remanescentes da Fortaleza de Santo Antônio do Buraco*. Arquivo Geral da 5ª Superintendência Regional/IPHAN/PE. 1997, p. 5.

Quanto à preservação das ruínas nos períodos anteriores à demolição, haja vista que o forte já se encontrava bastante avariado no começo do séc. XX, elas seriam, segundo Marcus, de responsabilidade da Marinha do Brasil, proprietária da fortaleza. Por fim, o autor sugere que se deixe a preservação dos remanescentes construtivos a cargo das instâncias regionais e que não se aplique tombamento federal.

Analisando o parecer, é válido tecer alguns comentários. Apresenta-se como uma incoerência o fato de que uma decisão de tombamento seja negada considerando em maior ênfase as conjecturas sobre seu grau técnico de integridade ao invés da qualidade do patrimônio e sua importância histórica, bem como o contexto em que foi edificado.

É notório que o bem já estava em situação de ruína antes da demolição. As ações danosas foram causadas às ruínas e, independente da profundidade do dano, os remanescentes construtivos ainda são vestígios arqueológicos, apenas mais avariados do que antes, mantidas sua relevância histórica e arqueológica, sendo as marcas deixadas pela ação da Marinha também um testemunho da história sobre o patrimônio da cidade.

Logo, a credibilidade da instituição defendida pelo autor já estava abalada pela própria gestão do Forte do Buraco durante os quinze anos em que o bem esteve protegido legalmente pelo IPHAN antes de ser destombado. Reconhecer o erro do passado seria uma oportunidade de tentar atenuar a credibilidade da instituição pelo descaso histórico com as ruínas.

Ainda que o IPHAN não tivesse responsabilidade direta pela preservação do bem, caberia ao órgão ações como a elaboração de um manual de diretrizes de preservação, a fiscalização ou denúncia sobre a má conduta no que diz respeito à conservação. É inegável, no entanto, que houve tentativas por parte do IPHAN de se efetuar o impedimento da demolição e posteriores acordos para o prosseguimento da obra poupando o bem edificado.

Por fim, o texto sugere, indiretamente, existir uma espécie de paradoxo, já que houvera um pedido de destombamento nos anos 1950 e agora, havia um pedido contrário, pelo tombamento. O que o historiador não explica no seu parecer é que os processos não foram oriundos do mesmo grupo ou de uma mesma entidade. O destombamento dos anos 1950 não foi uma decisão do povo pernambucano, mas do governo federal baseada no pedido da Marinha do Brasil. Ao contrário, encontrou aqui resistência. Resistência essa que, infelizmente, não foi suficiente para impedir a ação danosa. E, justamente agora, esse povo, na figura de entidades da sociedade civil pernambucana, estava empenhado na luta pelo reconhecimento do seu patrimônio histórico e arqueológico.

Em junho de 2000 foi reaberta a discussão sobre o seu tombamento, registrado no Processo nº 1351-T/95, pela 22ª Reunião do Conselho Deliberativo do IPHAN. Segundo a ata da reunião, após explanação de defesa pelo conselheiro Paulo Chaves, então secretário de Cultura do Pará, e dos votos dos participantes, foi aprovado em

unanimidade o tombamento das ruínas do Forte do Buraco, com a sugestão dos presentes para futura discussão sobre a delimitação específica da área a ser protegida ao redor das ruínas e a deliberação da volta do processo ao Departamento de Proteção para as providências burocráticas.

A delimitação sugerida em 2000 somente foi realizada em 2014 e, entre idas e vindas burocráticas, além de pedidos de explicação por parte do Ministério Público, finalmente o processo de tombamento das ruínas foi concluído em 2017.

Todavia, o tempo perdido em embates infrutíferos só fez agravar a situação estrutural do bem. Em 2019 o MPPE (Ministério Público de Pernambuco) recomendou à Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) o tombamento do Forte do Buraco em nível estadual, para que o mesmo fosse também protegido pelo Poder Público do Estado⁶⁹.

A questão de pertencimento territorial foi outro fator de impasse. Por estar situado próximo da divisa entre Recife e Olinda, durante muito tempo não houve um consenso sobre qual das cidades teria as ruínas em seu território. Oficialmente, elas estão sobre a área da cidade do Recife. No entanto, após o rompimento do istmo em 1915, as ruínas se desconectaram fisicamente do solo recifense, se transformando no ponto final do corredor de areia que vem de Olinda, compondo uma unidade paisagística e ambiental em contraponto ao corte abrupto e da descaracterização visual do bem com relação aos galpões do porto do Recife. Ademais, na lista dos bens tombados em nível federal, as ruínas do Forte do Buraco constam como pertencentes ao município de Olinda⁷⁰.

Entretanto, embora já fossem tombadas a nível municipal por Olinda, tampouco as ruínas foram assimiladas e protegidas pela cidade, o que, sugere-se, acabou por resultar num processo de ‘orfandade’ das ruínas, desassociadas tanto de uma cidade como de outra, existindo e resistindo como uma região ‘neutra’. Neutra de responsabilidades, neutra de compromisso histórico e arqueológico.

É importante ressaltar aqui como a legislação de proteção ao patrimônio foi estabelecida no Brasil e como ela foi moldada ao longo das décadas.

O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, assinado pelo então Presidente da República Getúlio Vargas e pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema, traz as bases do primeiro regimento que norteava a proteção ao patrimônio nacional, sob a égide do Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)⁷¹. Contemplado com a proteção no ano seguinte ao decreto, em 1938, o Forte do Buraco, no entanto, não parece ter sido, de fato, beneficiado com todos os propósitos relatados no texto.

⁶⁹ “MPPE recomenda tombamento do Forte do Buraco”, 29/03/2019.

⁷⁰ IPHAN. **Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento**.

⁷¹ **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro/DF: 1937.

Diz o artigo 17, capítulo III, que “*as coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização do Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas*”. O Forte do Buraco teve sua demolição iniciada em 1953 e, após um hiato de quatro anos, a demolição foi retomada em 1958, autorizada pela própria Presidência da República, após o destombamento das ruínas em 1955.

O destombamento de um bem cultural foi instituído pelo Decreto-Lei 3866, de 29 de novembro de 1941, novamente assinado por Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, num contexto político conturbado, durante o Estado Novo, regime autoritário que durou de 1937 a 1945 e centralizou o poder na figura de Getúlio Vargas. Num curto texto de parágrafo único, o decreto valida a possibilidade de cancelamento do tombamento de um bem em esfera federal, estadual ou municipal, por decisão direta do chefe do Executivo, *atendendo a motivos de interesse público*⁷².

O texto do decreto se mostra superficial, na medida em que, redigido em único artigo, com não mais do que três linhas, não considera parâmetros, minúcias, condições ou exceções que regulem a decisão sobre o cancelamento do tombamento. Demonstra, portanto, o pouco cuidado e a falta de aprofundamento ao abordar o tema por parte das autoridades, numa superficialidade não compatível com a importância de uma decisão sobre um patrimônio nacional.

Antes de tudo, a centralização da decisão na figura do presidente flerta com o autoritarismo e favorece a possibilidade de tomada de decisão tendenciosa, que não obedece aos interesses da nação. E ainda que cumprisse essa condição, a falta de um criterioso processo de análise, com discussões plurais resultantes de avaliações com participação de comissões culturais ou conselhos consultivos, tornaria o destombamento equivalente a um mecanismo jurídico-político criado para destravar rapidamente os bens que por ventura estivessem atrapalhando qualquer tipo de ação, como se, de uma hora para outra, deixassem de ser parte da cultura nacional para se transformarem em simples obstáculos do ‘progresso’.

O próprio ato em si do destombamento pode ser interpretado como um desprestígio do Estado com relação ao bem, quando é retirando dele o valor patrimonial que a nação lhe conferiu. O caso do destombamento do Forte do Buraco obedeceu ao mesmo *modus operandi*, de modo até mais grave, pois a sua primeira demolição se deu enquanto o bem ainda estava tombado, revelando o descumprimento da lei, a falta de hierarquia militar e um desordenamento burocrático pela falta de fiscalização e de comunicação entre os Poderes da República.

Apesar de suscitar divergências sobre a constitucionalidade do decreto de 1941, considerado por alguns juristas como uma medida arbitrária e prejudicial ao direito

⁷² **Decreto-lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941.** Dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

adquirido da sociedade brasileira à preservação de um bem⁷³, a Constituição de 1988 recepcionou a normativa de cancelamento de tombamento, mas instituiu alguns parâmetros para a sua realização, como mecanismos que garantam a participação popular e a manifestação técnica de conselhos de patrimônio⁷⁴.

Apesar disso, podemos mensurar como ainda é frágil a consolidação da transparência desse processo, a partir de acontecimentos recentes como a revelação do aumento de cancelamento de tombamentos no último ano por parte do IPHAN (três cancelamentos de tombamento em seis meses, contra dezesseis nos últimos oitenta anos, sendo o último ocorrido em 1989), em processos com suspeitas de irregularidades que, não raro, despontam para entraves entre o órgão de guarda e setores da Justiça, como o Ministério Público⁷⁵.

A própria normativa de 1941 não sofreu uma atualização aprofundada em seu texto, cabendo aos governos se aproximarem ou se distanciarem das diretrizes agregadas ao longo do tempo no trato das políticas culturais no que diz respeito ao cancelamento do tombamento de um patrimônio. A prática se modernizou, mas a redação continua a mesma, o que permite que os destinos de patrimônios ao redor do país continuem sob o risco de conchavos políticos e interesses escusos que passam ao largo do valor cultural, comprometendo a sua salvaguarda.

Retomando a discussão sobre o texto do Decreto-Lei de 1937, que rege a proteção ao patrimônio nacional, no mesmo capítulo III, o artigo 18 veda a realização de construções vizinhas ao bem tombado “*que impeçam ou reduzam a visibilidade do mesmo, sem a prévia autorização do SPHAN*”. O que vimos na prática foi a expansão do porto do Recife e a construção do parque de tancagem e de galpões, ao longo do séc. XX, que isolaram visualmente e fisicamente o Forte do Buraco.

No artigo 23, capítulo V, é redigido que o Poder Executivo providenciará a realização de acordos entre a União os estados a fim de desenvolver atividades relativas à proteção do patrimônio. Mais uma vez em contraste com a realidade, o que se viu, com relação ao Forte do Buraco, foi o abandono tanto na esfera federal, quanto na estadual e municipal, nenhuma delas trabalhando isoladamente ou em coordenação para desenvolver atividades de proteção ao bem, num flagrante desrespeito com as diretrizes estabelecidas.

Essas dissonâncias revelam um tombamento no papel que não se refletiu na prática, com a permanência do estado de ruína da estrutura sem nenhum tipo de proteção, exposta a toda espécie de investidas danosas, a ação das condições naturais, a ocupação irregular, até ter partes suas derrubadas para futuras obras.

Protegidos desde 1961 pela lei 3.924, os bens arqueológicos foram beneficiados com a criação do Centro Nacional de Arqueologia, estabelecido por lei em 2009. Ele é

⁷³ RODRIGUES, José Eduardo Ramos; MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Estudos de direito do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 260.

⁷⁴ “Cancelando o patrimônio: o destombamento e seus limites” – Consultor Jurídico, 18/02/2022.

⁷⁵ “Iphan cancela tombamentos em série em ações vistas como ilegais e acende alerta” - Folha de São Paulo, 09/02/2022.

responsável, através do Plano Diretor Estratégico, pela elaboração de políticas e estratégias para a gestão do patrimônio arqueológico, incluídos nesse processo a identificação, pesquisa, proteção, promoção e socialização do bem⁷⁶, exatamente ações que as ruínas do Forte do Buraco ainda anseiam.

⁷⁶ <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/882>.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos registros e análises apresentados neste trabalho, as evidências apontam que o Forte do Buraco sofreu um processo gradual de degradação estrutural, abandono e anulação patrimonial, resultado da atuação direta ou indireta de variados agentes, antrópicos e naturais, dada a natural adversidade da região para a implantação e estabilidade de estruturas construtivas de grande porte.

A estrutura do séc. XVIII foi vítima de uma sucessão de acontecimentos e agressões que acabaram por descaracterizá-la. Inicialmente, o abandono militar do forte no final do séc. XIX. Em seguida, a precarização da situação geomorfológica do entorno pelas obras do molhe de Olinda, em 1912. Na sequência, a ocupação popular nos anos 1930 e 1940 e as obras de expansão do porto. Por fim, a demolição de trechos do forte pela Marinha do Brasil, na década de 1950, seguida de mais décadas de abandono.

A deterioração de sua estrutura atingiu, num primeiro momento, a parte leste da fortificação, nos seus extremos, e seguiu avançando para o centro-sul do bem, atuando mais gravemente sobre a estrutura a partir do final do séc. XIX, e atingindo, por fim, a área central e superior da edificação, na década de 1950. Todavia, a ação do arruinamento só encontrou oportunidade de incidência e expansão porque não houve, com ainda não há, uma atenção oficial real e uma legislação institucional comprometida com o bem desde a sua última manutenção, no fim do séc. XIX, até o seu retombamento em 2000.

Os sucessivos governos municipais, estaduais e federais foram ausentes na implantação de políticas de proteção ao bem, negligentes ao ponto de, em todas essas décadas, as ruínas do Forte do Buraco não terem recebido qualquer ação básica de cuidado, nem mesmo intervenções pontuais de limpeza e retirada da vegetação. O Poder Público foi ainda desatento quando da execução de decisões urbanas questionáveis ao longo do séc. XX, voltadas para a expansão do porto do Recife, que alteraram a configuração natural do istmo, afetando gravemente a percepção social da sua relevância como local de passagem, de defesa e de ligação. As decisões urbanas levaram ainda ao isolamento visual e físico do forte, comprometendo a noção das ruínas como um bem patrimonial de importância histórica e arqueológica.

O descaso patrimonial do IPHAN esteve refletido na aceitação do destombamento do forte e na demora do seu reconhecimento como bem de valor histórico e arqueológico, com o tombamento se mostrando incompleto, na medida em que não foi acompanhado de projetos visando à reinserção do patrimônio ao debate histórico, arqueológico, arquitetônico e cultural do seu lugar. Mesmo considerando apenas a soma dos períodos em que o forte esteve oficialmente sob a guarda do IPHAN, que totalizam 39 anos (entre 1938 e 1955 e de 2000 até a atualidade), é ainda inexplicável o descaso do órgão com as ruínas arqueológicas de uma fortificação do séc. XVIII.

Portanto, apesar do caráter condenável da ação de demolição por parte da Marinha do Brasil, nos anos 1950, e do instantâneo dano causado às ruínas do forte, é notório que, no momento em que esta instituição agiu danosamente sobre o patrimônio, grande parte de estrutura do séc. XVIII que formara o forte já estava ausente ou em avançado estado de arruinamento, contrariando o senso comum, quando se observam as discussões sobre os culpados pelo estado atual das ruínas, que atribui à Marinha toda ou a principal cota de responsabilidade pelo arruinamento do Forte do Buraco.

Ainda sobre a atuação do órgão de proteção patrimonial, nos diálogos entre o IPHAN com outros agentes públicos, transpareceu toda a aridez burocrática que rege a proteção patrimonial em nosso país, numa interminável sucessão de reuniões, tramitações, pareceres, réplicas, tréplicas, num processo que durou, em sua fase mais recente, inexplicáveis trinta e um anos, desde o início da medida para processo de tombamento, em 1986, até a conclusão efetiva do tombamento das ruínas, em 2017. Enquanto isso, a ação livre do tempo e da natureza continuou agindo sobre o patrimônio.

Portanto, parece notório que o Poder Público, na forma do Executivo, o IPHAN e a Marinha do Brasil são os responsáveis pelo estado atual em que se encontram as ruínas, pois, em momentos diversos da história, por negligência ou ação direta, permitiram e permitem a contínua deterioração física e memorialística do bem, que culminou com a sua invisibilidade histórica e cultural. Infere-se, por conseguinte, que a degradação do Forte do Buraco foi uma somatória das ações e omissões dessas três instituições que deveriam, por princípio, proteger sob todas as formas, os símbolos patrimoniais nacionais.

As ruínas do Forte do Buraco estão cadastradas como sítio arqueológico no CNSA (Cadastro Nacional dos Sítios Arqueológicos) desde 05/03/2018, sob o registro PE00857⁷⁷, etapa fundamental para assegurar sua condição de área de pesquisa. Caracterizada no documento como sítio de alta relevância instalado em solo arenoso, ambientado numa planície de inundação, seu grau de integridade foi estipulado entre 25% e 75%.

No entanto, apesar de continuar edificado, resistindo ao tempo e aos feitos dos homens, o local ainda não recebeu pesquisas mais aprofundadas de cunho arqueológico. Portanto, é preciso olhar para a atualidade e trabalhar para a integração das ruínas à memória histórica e cultural do Recife, intento para o qual a contribuição da arqueologia se mostra fundamental.

Após uma prospecção específica, que considere um levantamento imediato sobre o impacto da vegetação na estrutura e uma ação de remoção da mesma (as raízes das árvores de grande porte podem afetar gravemente a estrutura, não somente pela extensão, mas pela possibilidade de tombamento sobre a estrutura remanescente),

⁷⁷http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?27322.

respeitando as diretrizes do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) para preservação da região de restinga, recomendamos que a área seja escavada o mais brevemente possível, em todos os seus setores: praça de armas, terrapleno e áreas externas.

A realização de uma escavação arqueológica poderá revelar artefatos históricos, bélicos ou não, além de permitir uma completa visualização da estrutura remanescente, com a desobstrução da base da muralha. Ao mesmo tempo, é necessária uma ação voltada para a conservação da estrutura e a restauração de trechos específicos danificados das ruínas.

Assim precedendo, estarão abertas as vias para o desenvolvimento de frequentes pesquisas acadêmicas na região que poderão atuar no esclarecimento do panorama defensivo do Recife e, mais largamente, do comportamento humano que moldou o processo de formação do nosso lugar, acreditando na capacidade da arqueologia de sempre indicar novos caminhos para se interpretar o passado, extraindo dele os desconhecidos ou esquecidos significados conferidos aos lugares no tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia de unidades de defesa. IN: SOARES, Fernanda Codevilla. **Arqueologia das Fortificações: perspectivas**. Florianópolis: Lagoa, 2015.

ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia: O Forte do Brum. **Revista da Cultura**. Rio de Janeiro, n. 13, ano VII, p. 43-50, dez. 2007.

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Velela; WALMSLEY, Doris. **Fortes de Pernambuco: Imagens do passado e do presente**. Recife: Graftorre, 1999.

ALVES, Cleide. Forte do Buraco é redescoberto. **Jornal do Comércio**, Recife, 20 de mai. de 2000. Caderno Cidades, p. 7-9. Disponível em: <<http://www.brasilarqueologico.com.br/materias/JornalComercio%20-%2020000520%20-%20Forte%20do%20Buraco%20e%20redescoberto.pdf>>. Acesso em: 19 de jun. de 2021.

BARLÉU, Gaspar. **História do Brasil sob o governo de Maurício de Nassau (1636-1648)**. Recife: Cepe, 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro/DF: 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 12 de jul. de 2022.

_____. **Decreto-lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941**. Dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro/DF: 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3866.htm>. Acesso em: 12 de jul. de 2022.

_____. **Planta do Forte de Santo Antônio dos Coqueiros do Buraco**. Autor desconhecido. Disponível em: <<http://acervo.redememoria.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/301346>>. Acesso em: 13 de abr. de 2022.

_____. **Listagem de Plantas de fortificações pernambucanas em 1763**. Autor desconhecido. Disponível em: <<http://acervo.redememoria.bn.gov.br/redeMemoria/discover?scope=%2F&query=fortifica%C3%A7%C3%B5es+pernambuco+&submit=Ir>>. Acesso em: 13 de abr. de 2022.

CABRAL, Renata Campello; PONTUAL, Virgínia. **Transformações do território e representações cartográficas: o Istmo de Olinda e Recife, Brasil**. In: SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 4., 2011, Porto.

CAMPOS, Raíssa. **Restinga**. Disponível em: <<http://www.zonacosteira.bio.ufba.br/vrestinga.html>>. Acesso em: 15 de ago. de 2022.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Fortificação. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. **Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro**: Fortificações do Brasil, 1504-2006. Vol. 3. Rio de Janeiro, Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2015.

COSTA, Rodrigo Vieira; PRAGMÁCIO, Mário. Cancelando o patrimônio: o destombamento e seus limites. **Revista Consultor Jurídico**, São Paulo, 18 de fev. de 2022. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2022-fev-18/opinia-o-cancelando-patrimonio-destombamento-limites>>. Acesso em: 29 de ago. de 2022.

GARRIDO, Carlos Miguez. **Fortificações do Brasil. Separata do Vol. III dos Subsídios para a História Marítima do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940.

IPHAN. **Ata da 22ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**, 08/06/2000. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2000_02_22a_reuniaooordinaria_08_de_junho.pdf>. Acesso em: 13 de set. 2021.

_____. **Centro Nacional de Arqueologia**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/882>>. Acesso em: 26 de fev. 2022.

_____. **Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. Acesso em: 16 de set. 2021.

_____. **Parecer denegatório ao pedido de tombamento dos remanescentes da Fortaleza de Santo Antônio do Buraco**. Arquivo Geral da 5ª Superintendência Regional/IPHAN/PE. 1997.

_____. **Ruínas do Forte do Buraco**. Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?27322>. Acesso em: 26 de fev. 2021.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife: Prefeitura Municipal do Recife/Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para a História do Brasil Holandês**. 1. A Economia Açucareira. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes – MEC /SPHAN/Fundação Pró-Memória, 1981.

MELO NETO, Ulysses Pernambucano de. **O Forte das Cinco Pontas** – Um trabalho de Arqueologia Histórica aplicado à restauração do monumento. Coleção Monumentos do Recife, 1983.

MENEZES, José Luiz da Mota; RODRIGUES, Maria do Rosário Rosa. **Fortificações Portuguesas no Nordeste do Brasil, séculos XVI, XVIII e XVIII**. Recife: Pool Editorial, 1986.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **‘Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa’** – (o caso da capitania de Pernambuco – 1654-1701). Recife: UFPE, Tese de Mestrado, 2006.

MPPE recomenda tombamento do Forte do Buraco. **MPPE**, Recife, 29 de mar. de 2019. Disponível em: <<https://www.mppe.mp.br/mppe/comunicacao/noticias/10806-mppe-recomenda-tombamento-do-forte-do-buraco>>. Acesso em: 28 de jul. de 2022.

MORAES, Carolina. IPHAN cancela tombamentos em série em ações vistas como ilegais e acende alerta. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 de fev. de 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/02/iphan-cancela-tombamentos-em-serie-em-acoes-vistas-como-ilegais-e-acende-alerta.shtml>>. Acesso em: 13 de ago. de 2022.

MORI, Victor Hugo; LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira; CASTRO, Adler H. Fonseca de. **Arquitetura Militar: um panorama histórico a partir do Porto de Santos**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2003.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Anais Pernambucanos**. Recife, Arquivo Público Estadual. 10 volumes.

PROJETO prevê destino turístico para o Forte do Buraco. **Folha de Pernambuco**, Recife, 07 de out. de 2016. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/projeto-preve-destino-turistico-para-o-forte-do-buraco-no-recife/1566/>>>. Acesso em: 16 de jun. de 2022.

RODRIGUES, José Eduardo Ramos; MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Estudos de direito do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

SALADINO, Alejandra; PEREIRA, Rodrigo. Arqueologia histórica. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851.